



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 108/2010**, da **Portaria TCU nº 123/2011** e das orientações do órgão de controle interno.

Manaus/AM/2012

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES	5
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	7
Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067	11
INTRODUÇÃO	19
PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO (Conforme Anexo II da DN TCU Nº 108/2010)	20
1.Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	21
2.Objetivos e metas institucionais (DN 108 TCU, Parte A, item 2).....	23
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas. (alínea a, I e II).....	23
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais. (alínea b)	24
2.2.1Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	24
2.2.2Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	25
2.2.3Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	26
2.2.4Divisão de Gestão Administrativa.....	27
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade (alínea c)	28
2.3.1Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	28
Principais ações do Programa	29
2.3.2Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	401
Principais Ações do Programa	42
2.3.3Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas .61	
Principais Ações do Programa	62
2.3.4Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	75
Principais Ações do Programa	75
2.3.5Programa 1120 – Paz no Campo.....	78
Principais Ações do Programa	79
2.3.6Programa 1336 – Brasil Quilombola	80
Principais Ações do Programa	81
2.3.7Programa 1350 – Educação no Campo	83
Principais Ações do Programa	84
2.3.8Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	88
Principais Ações do Programa	89
2.3.9Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	92
Principais Ações do Programa	93

2.3.10	Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas.....	95
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	96
2.4.1	Programação Orçamentária da Despesa.....	96
2.4.2	Programação de Despesas Correntes.....	97
2.4.3	Programação de Despesas de Capital.....	98
2.4.3.1	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	99
2.4.3.2	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	100
2.4.4	Execução Orçamentária da Despesa.....	102
2.5	Indicadores Institucionais.....	105
3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	113
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	114
5.1	Composição do Quadro de servidores ativos.....	116
5.2	Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas.....	121
5.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	123
5.4	Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	124
5.5	Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	125
5.6	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	128
5.7	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	132
6.	Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência	133
6.1	Transferências efetuadas no exercício	133
6.2	Análise Crítica	140
7.	Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv	142
8.	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	143
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	144
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.	147
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	148
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	148
11.1.1	Análise crítica:	150
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	151
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	152
14.	Informações sobre Renúncia Tributária.....	154
15.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	155
	Parte B - Informações Contábeis da Gestão.....	165

17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	166
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA	192
18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	192
19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	202

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	21
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado	95
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	96
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.....	97
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.....	98
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.....	99
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	100
Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	102
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	103
Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	104
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	114
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	116
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011	117
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011	118
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	119
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011.....	120
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	121
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011.....	122
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	123
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011	124
Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada	125
Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados.....	126
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	128
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	131
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	133
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios....	135
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	136
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	137
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.	138
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	142

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	143
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.	144
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	147
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	148
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	149
Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	150
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.	151
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – ver necessidade de adaptação ao uso das SRs	152
Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	153
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	155
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	160
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	161
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	162
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	163
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	164
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	165

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE DECLARAÇÕES

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ARD – Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEMA/AM – Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Amazonas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

CGU - Controladoria Geral da União

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

FVS – Fundação de Vigilância e Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

ITEAM – Instituto de Terras do Estado do Amazonas

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

NE - Norma de Execução

NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal

OCI – Órgão de Controle Interno

OEMA – Órgão Estadual do Meio Ambiente

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TACA – Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

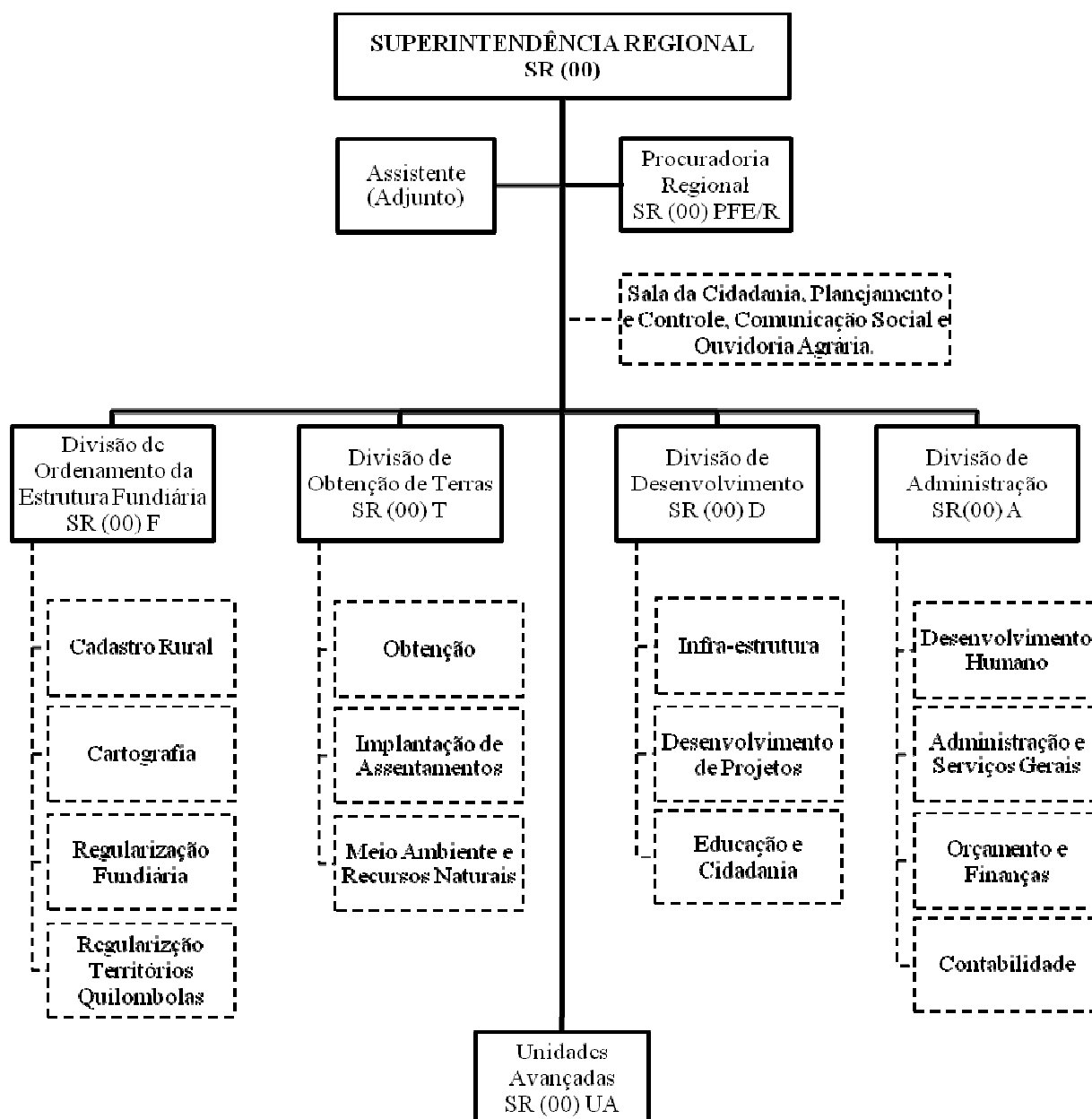
UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de

licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os

serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as

ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza,

manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI) À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o

Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU N° 108 de novembro de 2010, o Relatório de Gestão 2011 Individual da Superintendência Regional do INCRA/AM, está organizado em 3 (três) partes, sendo:

A 1ª denominada Parte A, referente ao conteúdo geral do Relatório de Gestão, que trata da identificação da Unidade, situação operacional, natureza jurídica, principais atividades econômica, endereço, normas de criação, normas relacionadas a gestão, códigos e nomes das Unidades Gestoras e Gestão no Siafi;

A 2ª denominada Parte B refere-se às informações contábeis, dentre as quais a declaração do contador responsável pela Unidade aprovando os demonstrativos contábeis, balanço orçamentários, financeiro e patrimonial, bem como a demonstração das variações patrimoniais, na forma prevista na Lei 4.320/64, de 17/3/1964,

A 3ª referente a Parte C trata dos conteúdos específicos da Superintendência Regional do INCRA/AM, concernente aos trabalhos realizados pela Portaria/INCRA/N° 12/06.

A despeito das peculiaridades regionais e dos poucos recursos disponíveis, está Superintendência pelo seu corpo diretivo e técnico, tem cumprido com as metas que lhes são atribuídas, somando de maneira positiva para o avanço da reforma agrária brasileira, considerando ainda a Amazônia ser uma região diferenciada. Outro fato que pode ser considerado importante é o avanço da reforma agrária nas áreas de várzeas e de unidades de conservação, um desafio que está sendo vencido com determinação e competência, levando a esses brasileiros, vigilantes das florestas e rios, inclusão social e cidadania.

Vale ressaltar que o INCRA Amazonas sofre com um reduzido corpo técnico e esse fato se agrava ano a ano em função das aposentadorias que naturalmente ocorrem.

Além desses fatos, o órgão conta com poucos recursos para trabalhar num estado amazônico de dimensões continentais e dificuldades de locomoção, utilizando para isso, vários meios de transportes, como carros, aviões, embarcações regionais e voadeiras, além da falta de logística no interior, onde a rede hoteleira é praticamente inexistente.

Apesar de todos esses obstáculos, o INCRA, conseguiu cumprir com as determinações da autarquia e dessa forma, superou todas as metas estabelecidas nos mais diversos seguimentos, como assentamentos de famílias, titulação, georeferenciamento e por fim os créditos inicial e habitação, mesmo a despeito dos poucos recursos financeiros para essa ação.

PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas			
Denominação abreviada: SR(15)/AM			
Código SIORG: 4137	Código LOA:	Código SIAFI: 373025	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(092)3194.1300	(092) 3194.1305	(092) 3194.1302/31941393
E-mail: nome@endereçonaInternet			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Logradouro, Av. André Araújo, 901 – Aleixo – CEP: 69.060-001 – Manaus/AM			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei nº 1.110 de 07/7/1970, publicado no DOU em 10/7/1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA.			
Decreto-Lei nº 2.363, de 21/10/1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA.			
Decreto Legislativo nº 2 de 29/3/1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.812, de 3/4/2010 e Portaria nº 20, de 8/4/2010 – Regimento Interno do INCRA – Estrutura Regimental do INCRA.			
PRINCIPAIS INSTRUÇÕES NORMATIVAS:			
IN 36 DE 20/11/2006 – Estabelece diretrizes para descentralização das decisões, fixa as alçadas decisórias dos órgãos colegiados e o fluxo de procedimentos relativos à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.			
IN 38 DE 13/3/2007 – Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.			
IN 46 DE 26/5/2008 – Fixa os procedimentos para regularização fundiária de posses em áreas rurais de propriedade da União superiores a 100 (cem) hectares e até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais, localizadas na Amazônia Legal.			
IN 47 DE 16/9/09 - Estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores (as).			
IN 54 DE 22/7/2009 – Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.			
IN 57 DE 20/10/2009 – Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.888 de 20/11/2003.			
PRINCIPAIS NORMAS DE EXECUÇÃO:			
NE 69 DE 12/3/2008 – Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de Reforma Agrária.			
NE 70 DE 12/5/08 – Dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir			

inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

NE 71 DE 12/5/2008 – Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES.

NE 80 DE 26/01/2009 – Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no § 1º, do artigo 9º, do Decreto 4.449 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

NE 92 DE 22/2/2010 – Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no § 1º, do artigo 9º, do Decreto 4.440 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de imóveis Rurais.

NE Nº 93 DE 19/7/2010 – Dispõe sobre a aprovação de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS e Projeto de Assentamento Florestal – PAF).

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 282, de 26/4/2004).

Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial (Aprovado pela NE/INCRA/DT/Nº 52 de 25/10/2006).

Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária (Elaborado em 6/2006).

Manual Operacional de ATES (Aprovado pela NE/INCRA/DD/Nº 78 de 31/10/2008).

Manual de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (Elaborado em 7/8/2009).

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
373026	Unidade Avançada de Boca do Acre
373027	Unidade Avançada de Humaitá
373028	Unidade Avançada de Médio Madeira

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
373025	37201

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Cabe ao INCRA a implementação da política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

A Constituição Federal, em Capítulo III, Art. 184, define que compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural (...). A Lei 8.629/93 regulamenta a desapropriação para fins de reforma agrária, cabendo a esta autarquia a sua execução. A Política Nacional de Reforma Agrária está instituída na Lei 4.504/65, no qual fica ao INCRA o papel de executor das atividades referentes à regularização fundiária.

Finalmente, o INCRA tem sua estrutura administrativa regulamentado pelo Decreto Nº 6.812/ 2009, distribuindo as funções institucionais e regulamentadoras.

Assim, em consonância com a regulamentação legal anterior, a missão institucional do INCRA está dividida em cinco grandes diretrizes:

- i) Implementar a Reforma Agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país;
- ii) Implementar a Reforma Agrária de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada;
- iii) Fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agro-ecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.
- iv) buscar a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infra-estrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social, e;
- v) destinar as terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais;

O INCRA está presente em todo Brasil, por meio de 30 Superintendências Regionais. No Amazonas, o INCRA está representado pela Superintendência Regional (SR-15) e compõe órgão descentralizado desta autarquia. Estruturalmente a Superintendência do INCRA tem sua sede em Manaus e mais dez Unidades Avançadas (UAs) em municípios do estado.

A missão da Superintendência do INCRA no Amazonas – com sua jurisdição neste estado - está diretamente ligada ao objetivo central da autarquia: implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Os itens a seguir descritos não se aplicam a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da Superintendência Regional do INCR no Amazonas:

Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, com as ações a seguir especificadas:

Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural (item 2.3.3.2).

A ação é executada pela Coordenação Geral de Cadastro Rural na Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF no INCRA/Sede.

O recurso é utilizado para atender as despesas com pagamento de contratos administrativos de estruturação, implantação e manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos, comuns a toda a Autarquia.

Ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional (item 2.3.3.3).

A execução física e a execução orçamentária-financeira desta ação não se aplica a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, pois não se estabeleceu meta para a SR.

Os recursos descentralizados na ação, foram de execução da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Amazonas - (SRFA(05)AM) – Programa Terra Legal (Lei nº 11.952/2009).

Quanto aos valores de restos a pagar, esses são de execução da Superintendência, constando o detalhamento no item.

Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais (item 2.3.3.4).

Em decorrência da Lei nº 11.952/2009 a execução desta ação passou para a competência do Programa Terra Legal. No entanto, não houve descentralização de recursos.

Ação 8380 – Retomada de Terras Públicas (item 2.3.3.5).

Não houve meta prevista para a Superintendência nesta ação.

Ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas (item 2.3.3.6).

Não houve meta prevista para a Superintendência nesta ação.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa (item 2.3.3.7).

Não houve meta prevista para a Superintendência nesta ação.

Os recursos descentralizados, foram utilizados com despesas administrativas da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Amazonas - (SRFA(05)AM) – Programa Terra Legal (Lei nº 11.952/2009) e demais despesas administrativas da Superintendência.

Programa 1336 – Brasil Quilombola, com as ações a seguir especificadas:

Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos (item 2.3.6.1).

Não houve meta prevista para a Superintendência nesta ação.

Ação 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescente de Quilombos (item 2.3.6.2).

Não houve meta prevista para a Superintendência nesta ação.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento é responsável pelas atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do INCRA das terras necessárias à reforma agrária. Esse trabalho é realizado a partir do desenvolvimento e do monitoramento dos mecanismos de obtenção de terras, incluindo a incorporação ao patrimônio público das terras devolutas federais, a serem destinadas a essa finalidade.

A seleção de famílias, a promoção do acesso à terra e a criação de projetos de assentamento também são incumbência desta divisão, bem como as atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária, com destaque à implantação de projetos ambientalmente diferenciados, sobretudo aqui na Região Amazônica.

A inclusão da variável ambiental no âmbito das ações de criação e promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária indica mudança significativa na forma de atuação INCRA. Os elementos orientadores desta política são o respeito às diversidades ambientais, à promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais e a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental dos assentamentos. Os procedimentos foram definidos pela resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama - nº 289/2001 para o desenvolvimento sustentável e melhoria contínua na qualidade de vida dos assentados.

A iniciativa dos estudos, delimitação e demarcação das terras dos povos indígenas no Brasil é da competência do Ministério da Justiça (MJ), através da Fundação Nacional do Índio (Funai). Compete ao órgão iniciar e concluir a demarcação das terras indígenas e coordenar as ações de levantamentos de ocupantes não indígenas que se encontram nessas terras, realizando, em cooperação com outros órgãos, as avaliações e indenização das benfeitorias. Assim, tanto nos atos demarcatórios como nos reassentamentos dos ocupantes de boa fé que se enquadrarem nos critérios de seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem função subsidiária e, ao mesmo tempo, essencial para o reconhecimento e a segurança territorial nas terras indígenas.

A Ação 4460 refere-se à obtenção de imóveis rurais por meio oneroso. No Amazonas não houve previsão (meta) nem execução, em 2011, de obtenção de imóveis rurais pela compra ou desapropriação, respectivamente, via desapropriação (Lei 8.629/93 e pela Lei Complementar 76/93) e também por meio do Decreto 433/92.

Esta situação é justificada pelo estoque considerável de terras públicas federais onde, até o momento, cerca de 34 milhões de hectares já foram matriculados em nome da União.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Realizar ações de desenvolvimento de projetos de assentamento requer uma permanentemente análise dos ambientes interno e externo da instituição. Observando esta realidade é possível rever estratégias e afirmar outras, num processo dialético de mudança/atualização.

Durante o ano de 2011, a SR(15) continuou convivendo com limitação de pessoal, uma vez que a chamada dos concursados, anunciada para este ano, não aconteceu. Aliado a isso, o estado do Amazonas, por sua extensão e peculiaridade regional, gera dificuldades em atender as demandas apresentadas pelos beneficiários da reforma agrária em virtude das grandes distâncias a serem percorridas pelos servidores para acesso aos projetos de assentamento, que, na maioria dos casos, é realizada somente por meio aéreo e fluvial, o que onera em muito o deslocamento para execução das ações, no que se refere a custo com passagens aéreas e de embarcações; combustível e diárias dos servidores, principalmente em razão do período de deslocamento para a prestação dos serviços. No que tange este último item, o decreto 7446/2011, que estabelece limite orçamentário do quantitativo de diárias por servidor/ano, veio para impor maiores entraves a esta Divisão no que diz respeito ao cumprimento das metas estabelecidas.

Todavia, algumas alternativas foram construídas para equacionar os problemas presentes, dos quais citamos: a continuidade do Termo de Cooperação com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM, órgão do Governo do Estado, para, na medida em que reconhecemos a vistoria realizada e informações disponibilizadas por seus técnicos, agilizar a emissão de DAP aos assentados, o que em ultima análise contribui para otimizar recursos públicos.

Outra estratégia iniciada em 2010 e efetivada em 2011 foi a aquisição de 07 (sete) patrulhas mecanizadas e seus repasses a Prefeituras Municipais, o que possibilitará, além do estreitamento de parcerias com estes entes públicos, uma constante ação de recuperação das estradas vicinais nos assentamentos.

Em 2011, iniciamos, ainda, uma ação de planejamento participativo e interativo com a colaboração de todos os servidores da Divisão, de forma a eleger prioridades e aglutinar ações e recursos humanos com a pretensão de otimizar as ações a serem desenvolvidos com os recursos e pessoal disponíveis.

Em síntese, é na busca de construir parcerias estratégicas e reconhecendo que a ação de desenvolvimento de projetos de assentamento requer amplo envolvimento dos diferentes setores da sociedade, que investimos fortemente. Todavia, tal aspecto não enfraquece o papel do órgão, mas o coloca em sintonia com os outros, sejam governamentais ou não.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

As limitações orçamentárias e de recursos são fatores que inibem ou dificultam o atendimento de todas as demandas desta administração. Referidas limitações levam o gestor a compatibilizar suas prioridades à disponibilidade orçamentária e de pessoal.

O acompanhamento e fiscalização da execução de algumas ações, muitas das vezes ficam prejudicadas principalmente pela insuficiência da força de trabalho existente.

É, portanto, indispensável que a autarquia seja contemplada com ingresso de novos servidores para dar qualidade e celeridade no desenvolvimento de suas ações institucionais.

A Ação 10ZR – Reforma do Edifício Sede do INCRA, do Programa 0139 - Gestão de Política de Desenvolvimento Agrário, teve recursos orçamentário descentralizados no final do exercício de 2011 e devido ao pouco tempo não teve como ser empenhado.

O quadro A.5.11 e A.5.12, não se aplicam a esta Unidade, considerando que o concurso não contemplou cargos ocupados por funcionários de empresas terceirizadas.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho ²	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	Família Assentada	1.200	1.329	0	1.329	110,75%	

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
124.935,00	124.726,07	119.949,73	96,17	119.949,73	96,17	119.949,73	96,17

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI.

Análise Crítica:

A meta de famílias assentadas superada em pouco mais de 10,0 % e foi assenta as famílias principalmente em projetos criados em anos anteriores, que demonstra que as áreas destinadas para projeto de assentamentos no futuro tendem a diminuir, pois as áreas mais povoadas e que pertencem a união já foram destinadas a projetos.

O recurso disponível para o exercício foi muito inferior ao do exercício de 2010, mas a meta foi cumprida apesar das várias situações que atrasaram as viagens para realizar os cadastros e seleções de famílias, que com a edição do Decreto Presidencial 7.446 de 1º de Março de 2001 que tornou obrigatória a autorização do Presidente do INCRA para viagens com período superior a 10 dias. Sendo que isto ficou definido apenas em meados de Maio de 2011 com a publicação de Nota Técnica do INCRA que regulamentou os procedimentos internos para aplicação do decreto presidencial. A execução desta atividade possui poucos servidores envolvidos para a atividade de cadastro e seleção nas áreas de assentamentos.

Foi realizado trabalho mais intenso nas áreas de assentamentos antigos para realizar o cadastro e seleção de famílias que também reflete na documentação pessoal das famílias que estão buscando ter os documentos pessoais para acessar os programas do governo federal.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
631.0135.8374	A	3	ha	358.000	468.384,06	0	468.384,06	130,83	-

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
104.000	170.786,00	158.864,09	0,9301	153.594,79	89,93	153.594,79	89,93

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI.

Execução de Restos a Pagar (RAP) no Exercício de 2011

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
103.338,38	6.008,33	97.330,05	-

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

O percentual de meta realizada nesta ação foi de 130,83%, em relação ao estabelecido na PO 2010, liquidando 89,93% da provisão financeira recebida para exercício. A meta de área vistoriada foi cumprida e ficou acima da prevista.

Na Tabela 1 discriminam-se os Imóveis/Glebas vistoriados em 2011, com o objetivo de elaboração de Diagnóstico Físico e Sócioeconômico, em atendimento ao item **2.5 Diagnóstico da Área**, da Sistemática de Discriminação de Terras Devolutas da União (Aprovada pela Portaria nº 407/1977, alterada pela Portaria nº 85/1981), como componente da Comissão de Arrecadação de Terras Devolutas da União.

Ao final do processo de arrecadação, essas áreas serão propostas para destinação, quer seja para regularização fundiária, para a criação de projetos de assentamento ou outras formas de destinação.

Destaca-se, neste ano, a priorização das áreas do município de Iranduba/AM, que são objeto do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o INCRA e a SPU, publicado em 10 de novembro de 2010, no Diário Oficial da União, Seção 3, que visa promover a gestão compartilhada das ações necessárias ao processo de regularização fundiária das áreas de várzea e ilhas federais, no Estado do Amazonas. Estas áreas foram determinantes para a superação da meta estabelecida, principalmente pela proximidade, com relação a Manaus.

Na Tabela 2, verificam-se os Imóveis/Glebas vistoriados em 2011, que foram classificados como “Outras Vistorias”, tendo em vista utilizarem recurso desta ação para a realização de retificação de área de projeto de assentamento, análise de viabilidade de criação de projeto em terras públicas e vistoria para levantamento da situação ocupacional, identificação de famílias e benfeitorias.

A priorização de outras áreas, como as situadas em faixa de fronteira, fica comprometida em razão da logística para a execução das ações e vistorias, é dificultada pela distância das áreas em relação à capital, demandando maior período de tempo em campo, aporte de recursos humanos e financeiros.

Tabela 1. Áreas vistoriadas na Ação 8387 – Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais.

Nº Processo	Imóvel/Gleba	Localização (Município)	Área (ha)	Objetivo
54270.000144/2011-76	Iha do Xiborena	Iranduba	3.331,8921	Arrecadação
54270.000145/2011-11	Ilha do Muratu	Iranduba	641,8489	Arrecadação
54270.000146/2011-65	Ilha da Marchantaria	Iranduba	1.884,8116	Arrecadação
54270.000147/2011-18	Ilha do Baixio	Iranduba	869,8300	Arrecadação
54270.000148/2011-54	Ilha do Jacurutu	Iranduba	522,6981	Arrecadação
54270.000150/2011-23	Ilha da Maria Antônia	Iranduba	175,7951	Arrecadação
54270.003869/2008-11	Palmeiras	Atalaia do Norte	460.957,1890	Arrecadação
TOTAL			468.384,0648	

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras (SR-15/T)

Tabela 2. Outras Vistorias.

Nº Processo	Imóvel/Gleba	Localização (Município)	Área (ha)	Objetivo
54270.001120/2005-96	Piraíbas	Humaitá	4.200,0000	Proposta de retificação de área do PDS Realidade
54270.000409/2011-36	Iporá	Itacoatiara	4.279,2224	Criação de Projeto de Assentamento em Terras Públicas
54270.001403/2011-86	Granada/Macapá	Boca do Acre	9.162,5204	Laudo de Vistoria
TOTAL			17.641,7428	

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras (SR-

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0135.8387	A	3	Licença Ambiental Protocolada	14	26	0	26	185,71	

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
73.534,00	56.145,83	47.694,06	84,95%	47.694,06	84,95%	39.121,91	69,68%

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI.

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
103.338,38	6.008,33	97.330,05	-

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

Todos os pedidos protocolados em 2011 são de Licenças Prévias (LP's). A solicitação apenas de licenças prévias é decorrente da exigência da OEMA (IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas) da averbação em cartório da Reserva Legal e da apresentação do Atestado de Condição Sanitária – expedido pela Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas (FVS) apenas após o cumprimento de todas as exigências do Relatório de Avaliação do Potencial Malarígeno. Exigências estas que cabem à Divisão de Desenvolvimento desta Superintendência. Desta forma, para que o pedido de LO's seja viabilizado, é fundamental uma ação integrada nesta SR.

Entre os critérios para selecionar quais assentamentos seriam incluídos nos pedidos, além dos novos assentamentos que dependem de LP (Conama 387 e item II do TACA assinado com o IPAAM em abril de 2010), inclui-se também parte dos assentamentos que foram auditados pelo TCU (2007).

Os obstáculos para a não expedição destas licenças são: a morosidade das prefeituras em atender as solicitações desta SR às certidões necessárias ao protocolo de processos de assentamentos a serem criados; a liberação do IPAAM de licenças de Planos de Manejo a particulares em áreas dentro do perímetro de Projetos de Assentamento, pertencentes à União, sem que estes comprovem a posse da terra.

Esta Seção tem enfrentado, também, a morosidade do Setor de Cartografia em atender ao expediente das Notificações expedidas pelo IPAAM quando estas se referem ao perímetro, o que cabe especificamente àquele Setor. Pode-se exemplificar esta situação com o caso do PAE Novo Oriente. Seu perímetro após o georreferenciamento apresentou parte inserida no Estado de Rondônia. Com isso, o IPAAM tem notificado esta SR a mostrar a metodologia utilizada a esta definição e a manifestação formal que justifique esta “movimentação” do seu perímetro. Isto cabe ao Setor de Cartografia.

No ano de 2012, a Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (TACA) terá de ser renovado. É de fundamental importância que seja realizado um trabalho da Sede no sentido de conscientização das demais Divisões desta SR quanto à importância da questão ambiental em suas atividades executadas. Com isso, será possível a solicitação das Licenças Ambientais de Operação – com o empenho das ações de pagamento de crédito habitação e recuperação e execução de infraestrutura – e no atendimento das Notificações do Órgão Ambiental quando se tratar de questões relacionadas ao perímetro de Projetos de Assentamento.

Conforme orientação da Auditoria Interna – AUD do INCRA, por meio do MEMO/AUD/nº 504/2011, sugerindo tomada de providências quanto ao Acórdão 7.460/2011/TCU, item 9.4.2 que cita: que o INCRA/AM “inclua no próximo relatório de gestão informações a cerca do resultado dos trabalhos relativos ao Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental nº 011/2008, celebrado como

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, objetivando regularizar a situação ambiental de todos os assentamentos passíveis de licenciamento”.

Desta forma, abaixo fazemos comunicado da situação da regularidade ambiental dos assentamentos e as providências adotadas:

O TACA n.011/2008 foi um esforço conjunto do INCRA com o IPAAM para intensificar as ações e regularizar o passivo de licenciamento ambiental. Além de haver muitos assentamentos a serem regularizados, até 2007 havia problemas com os altos e impraticáveis valores aplicados para o pagamento da licença – o que atrasou sobremaneira o cumprimento da legislação pertinente.

Em 2010 – por conta do vencimento do citado acordo - foi renovado por intermédio do TACA nº 07/2010, com validade até 19 de abril de 2012.

No TACA, foi elaborado um plano de trabalho entre os grupos técnicos das duas autarquias. Este Grupo foi ampliado para que participassem, também: IBAMA, FETAGRI e FVS (Fundação de Vigilância em Saúde). Este grupo – desde então – tem se reunido com certa periodicidade (ao menos uma vez por semestre).

No TACA 011/2008 temos o seguinte, resumidamente:

Cláusula Segunda – Inciso I - Enviamos ao IPAAM Ofício/INCRA/530/2008 comunicando, em prazo hábil, o que pede o referido inciso (Protocolo de recebimento no IPAAM: 7613/08).

Cláusula Segunda – Inciso II – Após o TACA, o INCRA encaminhou ao IPAAM 14 estudos ambientais, conforme Termo de Referência, sendo: quatro para licença de operação (LO) e nove para licença prévia (LP);

Cláusula Segunda – Inciso III – Desde 1997, o INCRA encaminhou ao IPAAM 58 pedidos de licença de operação (LO) – contando as citadas no item anterior;

Cláusula Segunda – Inciso IV – Também atendido no âmbito da solicitação do IPAAM de informações adicionais, como por exemplo, CD com informações cartográficas de alguns assentamentos;

Cláusula Segunda – Inciso V- Todos os assentamentos criados em Dezembro de 2008 (Veja DOU de 02/01/2009, Seção 1, pg 48) foram solicitados LP; (Veja publicidade da licença no Jornal A Crítica, Caderno A);

Cláusula Segunda – Inciso VI – O INCRA tem apresentado no ato do pedido de licença mapas com as sugestões de localização das reservas legais. Eventualmente, quando o caso não possibilita, tem sugerido no âmbito Grupo de Trabalho, discussão sobre como compensar com área doada ao órgão ambiental conforme prevê legislação (inciso III, do artigo 44, do Código Florestal, com a redação introduzida pela Medida Provisória nº 2.166-67; assim como Portaria Conjunta IBAMA/INCRA N. 155/2002);

Cláusula Segunda – Inciso VII – Termo de referência foi elaborado entre IPAAM e INCRA e materializado em Ofício IPAAM/DT/n. 1202/2008.

Em relação ao TACA 007/2010:

Item I – Apresentar estudos ambientais para pedido das licenças; devidamente cumprido.

Item II – Pedir licença prévia (LP) para os novos assentamentos criados a partir daquela data – devidamente cumprido. Todos os assentamentos criados, a partir de 2009, passaram a ser criados mediante licença prévia expedida e publicada em jornal local;

Item III – Ingressar com pedido de Licença de Operação dos assentamentos criados até Dezembro de 2008 (...) – Neste item, há de se adequar a legislação estadual à realidade. Um dos itens para

obtenção da LO é a conformidade com a legislação sanitária quanto à malária; por outro lado, com a licença têm no Maximo dois anos de validade as medidas a serem tomadas para a obtenção da regularidade malarigenas (e conseqüentemente a LO) fica prejudicada.

Uma das saídas é a alteração na Lei de licenciamento ambiental do estado – o que está sendo discutido no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM) o qual o INCRA tem assento para posterior e devido processo legislativo. A proposta é que a LO e também a LP tenha pelo menos quatro anos de validade – o que daria espaço par ao cumprimento das medidas. Mesmo com as dificuldades expostas acima, o INCRA/AM solicitou oito LOs, obteve duas licenças de operação. Este tópico precisa avançar.

Item IV e V – apresentar as peças técnicas mínimas adicionais (mapas e estudos) sempre que solicitado pelo IPAAM – item cumprido sempre que solicitado.

Item VI – Apresentar, no ato do pedido da licença ambiental (LO ou LP) a solicitação do laudo de potencial malarígeno e, se LO, o atestado de condição sanitária – quanto ao laudo, o INCRA te sempre solicitado no ato do pedido da LP; no caso da LO vale o que foi descrito no item III.

Item VII – Solicitar autorização fundamentada quando da implementação de infraestrutura (estradas) anteriormente à concessão da LO – este item tem sido implementado pelo setor de infraestrutura do INCRA/AM conforme caso a caso.

O INCRA/AM está encaminhando ao órgão ambiental consulta sobre a necessidade de prorrogar o TACA ou a expedição de ato normativo do próprio órgão ambiental regulamentando os procedimentos técnico-administrativos para o licenciamento.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.122.0135.2272	A	1	texto	não há					não há

Fonte: SIAFI, PO 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	97.263,97	73.423,97	75,48	73.423,97	75,48	73.423,97	75,48

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
31.324,80	3.739,80	27.585,00	-

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

Os recursos da GAP foram utilizados para a gestão do programa, em especial, quando da necessidade de complementação em missões de campo: diárias, transporte e material permanente. Sobretudo, para complementação de ações emergenciais.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: .

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

Introdução

As ações deste Programa, realizadas no âmbito da UJ pela Divisão de Desenvolvimento – SR(15)D, se materializam por meio das Ações de: Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento; Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento; Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol; Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária; Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas. Abrange ainda os Programas Educação no Campo/PRONERA; e ATES – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura (Assistência Técnica e Capacitação de Assentados), conforme discriminação e análises nos quadros seguintes.

Além destes Programas e Ações, a Divisão tem ainda sob sua responsabilidade a execução conjunta com o MDA (DFDA), do **Programa de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR**, que no exercício de 2012 por meio de Mutirões de Cidadania, emitiu 3.186 documentos básicos (RG, CN, CPF) e outros, visando efetivação de cidadania, autonomia e acesso às políticas públicas.

Destas Ações e Programas **não foram executadas** as seguintes:

- ✓ Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol – face não destinação de recursos financeiros. As atividades de articulação e ou mobilização visando execução em 2012 foram feitas com recursos do GAP do Programa;
- ✓ Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária. No entanto atividades outras que contribuem para sua consecução futura foram executadas por ações, como vistorias, pagamento de crédito (construção de moradias) e emissão de documentos de titulação, por exemplo; e
- ✓ Educação no Campo/PRONERA – atividade realizada por meio de parceria com Universidades por exemplo e que dependem da apresentação de projetos para que se programem alocação de recursos.

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida	2.922	-	752	752	25,73	2.170

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI.

Execução de RAP no exercício de 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
17.953.933,12	1.007.138,86	15.347.899,72	1.598.894,54

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica

1. Cumprimento de Metas:

Não foram cumpridas na forma programada em virtude da dificuldade de logística devido a distancia e acesso aos locais das obras, como também chuvas em excesso prejudicando sobremaneira o andamento das obras.

2. Ações que apresentaram problemas de execução:

- As ações de implantação de infraestrutura como abertura e recuperação de estradas foram iniciadas fora do período favorável à realização desses serviços em decorrência dos entraves administrativos como recursos impetrados pelas empresas durante o processo licitatório. Outro grande fator responsável pelo atraso é o baixo quantitativo de servidores que realizam a fiscalização das obras: atualmente, a Superintendência dispõe de apenas 02 (dois) engenheiros para fiscalização de todos os contratos e convênios em andamento.

3. Ações prioritárias na LDO:

a) O convenio firmado com o Governo do Estado através da SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL – SEPROR, que tem por objeto a recuperação de vicinais, apresentou os seguintes entraves: 1) dificuldades encontradas pelo conveniente na questão administrativa do processo licitatório; 2) recursos liberados fora do período programado pela concedente; 3) sucessivas interrupções nas obras em virtude das frequentes chuvas na região, levando a vários aditivos de prazo.

b) As patrulhas mecanizadas foram entregues a sete Prefeituras em forma de parceria e irão beneficiar de forma mais dinâmica e mais presente as famílias assentadas, trazendo economia significativa para o INCRA, e aproximando mais os órgãos envolvidos com a questão agrária, minimizando os problemas de manutenção das vicinais existentes nos projetos de assentamento, principalmente em época chuvosa, pela interrupção de acesso da população à sede dos Municípios; do escoamento da produção e do ano letivo dos estudantes.

Estas Patrulhas são compostas de:

- 01 Pá Carregadeira de Rodas 130 HP
- 01 Motoniveladora de rodas – 140 HP
- 01 Rolo Compactador Vibratório
- 02 Caminhões c/ caçamba basculante c/ 6m³ chapa.
- 01 Trator de Esteiras – 140 HP;
- 01 Retroescavadeira de rodas – 80 HP
- 01 Caminhão de carroceria ¾

E.T.: O município de Apuí teve acrescido ao conjunto de seu maquinário mais 01 pá carregadeira de Rodas 130 HP e 03 Caminhões c/ caçamba basculante c/ 6m³ chapa, enquanto ao de Parintins foi acrescido mais 01 pá carregadeira de Rodas 130 HP.

Seguem Tabelas demonstrativas 01 e 02:

Tabela 01 - Demonstrativo de municípios/assentamentos beneficiados com as Patrulhas Mecanizadas

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTOS BENEFICIADOS	FAMÍLIAS ASSENTADAS
1. MANAUS	PA TARUMÃ MIRIM	1.079
	PA ÁGUA BRANCA	37
	PA SANTO ANTÔNIO	108
	PA NAZARÉ	121
2. PRESIDENTE FIGUEIREDO	PA CANOAS	285
	PA RIO PARDO	396
	PA UATUMÃ	398
	PDS MORENA	160
3. LABREA	PA UMARI	158
	PA PACIÁ	305
	PA MONTE (PARTE)	1.060
	PDS GEDEÃO	160
	RESEX ITUXI	300
4. RIO PRETO DA EVA	PA IPORÁ	907
	PDS RAINHA	250
5. CAREIRO	PAE CASTANHO	320
	PA ESPIGÃO DO ARARA	142
	PDS LAGO DO TUCUNARÉ	100
	PDS ITAUBÃO	100
	PDS LAGO DO MIRA	90
	PDS BATATA	30
6. APUI	PA RIO JUMA	7.500
	PAE SÃO BENEDITO	80
7. PARINTINS	PA VILA AMAZÔNIA	2.478
	PAE ILHA DO PARANÁ DE PARINTINS	60
TOTAL		16.624 (*)

(*) potencial de famílias beneficiadas

Tabela 2 – Demonstrativo de municípios/assentamentos beneficiados com obras de Recuperação de Estradas

PROJETO	MUNICIPIO	KM	<i>FAMILIAS ATENDIDAS</i>
PAE NOVA ESPERANÇA	IRANDUBA	10	32
PA SÃO FRANCISCO	CANUTAMA	36	240
PA MATUPI	MANICORÉ	75	480
TOTAL		121	752

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8398	A	3	Família Atendida	1.253	4.359	-	4.359	347,88	-

Fonte: *Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.*

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.440.269,00	1.150.354,60	1.150.354,60	100,00	336.450,05	29,24	336.450,05	29,24

Fonte: *Caderno de Metas/2011; SIAFI.*

Execução de RAP no exercício de 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
3.087.780,79	5,58	2.375.390,21	712.385,00

Fonte: *SIAFI.*

Analise Crítica

Todo o planejamento do Georreferenciamento foi devidamente realizado através do cronograma de execução para cada Empresa, e foi cumprido de maneira satisfatória, tendo todas as metas alcançadas, considerando os relatórios de acompanhamento e fiscalização apresentados pela equipe técnica.

Ações que apresentaram problemas de execução

- Projetos de assentamento limítrofes a terras indígenas ainda não demarcadas;
- Baixo quantitativo de corpo funcional para execução dos trabalhos de georreferenciamento, uma vez que a equipe é composta de 03 (três) servidores para realizar acompanhamento e fiscalização nos projetos de assentamento georreferenciados, o que gera um exacerbado acúmulo de serviço aos técnicos. Além disso, a Divisão fica limitada às exigências e limitações do Decreto 7446/2001, anteriormente citado, o que engessa a plena execução das ações, em contraposição à sua demanda.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Conforme nosso Cronograma de execução, toda nossa meta foi cumprida na íntegra e rigorosamente dentro de um acompanhamento feito pela fiscalização, para que não haja qualquer dúvida e principalmente eximir a instituição de qualquer ação na Justiça, por Empresa ou qualquer outra pessoa física.

Ações Prioritárias na LDO

De acordo com o pregão que esteve em vigor, todas as Empresas contratadas cumpriram seu papel dentro do nosso planejamento, tivemos algumas dificuldades principalmente no início das obras, porém, com o planejamento, os problemas diminuíram e todas as pendências foram resolvidas, conseguimos superar esta fase de dificuldades iniciais e concluímos todos os nossos trabalhos e efetuamos todos os pagamentos com as Empresas fechando com 100% o ano, sem nenhuma pendência.

Tabela demonstrativa dos Assentamentos/famílias contempladas com esta ação

ITEM	PROJETO	MUNICIPIO	ÁREA (ha)	KM	FAMILIAS
1.	PAE CANAÃ	AUTAZES	133.237,8281	263,0	100
2.	PAE ABACAXIS	BERURI	687.633,5550	370,0	130
3.	PAE TROCANÃ	BORBA	75.220,3235	217,8	500
4.	PAE RIO AÇUÃ	CANUTAMA	581.470,7810	61,7	45
5.	PAE NOVO HORIZONTE	HUMAITÁ	18.776,7745	76,0	40
6.	PAE STA M ^a AUXILIADORA	HUMAITÁ	35.836,3818	128,0	97
7.	PAE SÃO BENEDITO	APUI	203.088,9253	190,3	80
8.	PAE TERRA FIRME	GUAJARÁ	7.335,1370	54,0	50
9.	PAE CABALIANA I	CAAPIRANGA	92.496,4049	413,0	1094
10.	PAE JENIPAPOS	MANICORÉ	40.401,1820	90,0	395
11.	PDS REALIDADE	HUMAITÁ	43.321,5803	131,2	175
12.	PDS SAMAÚMA	TAPAUÁ	24.088,3870	166,5	130

13.	PDS PRIMAVERA	TAPAUÁ	46.640,3271	101,0	130
14.	PDS LAGO DO TUCUNARÉ	CAREIRO	3.918,6520	40,7	50
15.	PDS RIO TACANA	TABATINGA	3.584,0293	48,0	120
16.	PA SÃO FRANCISCO	CANUTAMA	19.300,6792	140,0	298
17.	PA URUMUTUM	TABATINGA	4.740,0000	75,0	142
18.	PA MATUPI	MANICORÉ	34.344,9000	205,0	533
19	PA RIOZINHO	CARAUARI	4.462,2100	120,0	250
TOTAL-----→			2.059.898,0580	2.891,2	4.359

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Análise Crítica

No ano de 2011 a Ação Terra Sol sofreu um corte orçamentário total, ficando por essa razão prejudicada em suas demandas e metas. Todavia, algumas demandas foram parcialmente atendidas em função de articulação de seus asseguradores na SR-15 e outros com recursos da SR-15 D.

Assim foram realizadas as seguintes ações:

- 1) Participação em seminários; visitas a projetos de assentamento e reuniões com comunitários e órgãos parceiros para tratar de planejamento e implementação dos programas e projetos ligados ao setor;
- 2) Discussão e pré-formatação da Feira Semanal da Produção e Reforma Agrária no Estado do Amazonas.

Obs: Vale aqui informar que todas estas atividades foram realizadas com recursos do GAP do Programa 0137.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.4358	A	3	Doc. Tit. Expedido	631	3.184	0	3.184	504,60	-

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
88.328,00	180.155,55	165.440,39	91,83	165.440,39	91,83	165.440,39	91,83

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI.

Execução de RAP no exercício de 2011

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
13.281,00	-	13.281,00	-

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica

No exercício de 2011, foram emitidos 3.184 Instrumentos de Titulação. Esta quantidade refere-se a parte de processos demandados no decorrer do ano, uma vez que alguns documentos deixaram de ser emitidos em razão de impedimentos legais, os quais exigem que, para emissão de títulos, necessário se faz prévio georreferenciamento, certificação e registro do imóvel em cartório competente.

As constantes vistorias em 2010 e 2011, realizadas por meio de demandas rotineiras e do levantamento ocupacional em projetos de assentamento para fins de regularização das ocupações, instituído pela IN-47/2008, ajudam também a compreender o acréscimo no número de documentos da terra emitidos.

Para melhor visualização das metas alcançadas, segue abaixo tabelas demonstrativas:

TABELAS DEMONSTRATIVAS DE DOCUMENTOS DE TITULAÇÃO EMITIDOS EM 2011

Tabela 1 - CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

PROJETO	MUNICIPIO	QUANTIDADE
PAE ABACAXIS II	NOVA OLINDA DO NORTE	62
PAE CURUPIRA	ITACOATIARA	268
PAE ILHA DO ARAMAÇÁ	BENJAMIN CONSTANT	17
PAE NT ILHA DA PACIÊNCIA	IRANDUBA	240
PAE ONÇAS	MANICORÉ	90
PAE PIRANHA	MANACAPURU	416
PDS GEDEÃO	LÁBREA	06
PAE CABALIANA I	MANACAPURU	459
PAE BELA VISTA II	MANAQUIRI	985
	TOTAL	2.543

Tabela 2 - CCU – Contrato de Concessão de Uso

PROJETO	MUNICIPIO	QUANTIDADE
PA PANELÃO	CAREIRO	09
PA SAMPAIO	AUTAZES	10
PA IPORÁ	ITACOATIARA	19
PA ÁGUA BRANCA	MANAUS	01
PA NAZARÉ	MANAUS	02
PA TARUMÁ MIRIM	MANAUS	31
PA PIABA	BORBA	05
PA ESPIGÃO DO ARARA	CAREIRO	02
PA CANOAS	PRESIDENTE FIGUEIREDO	02
PAE ILHA DO ARAMAÇÁ	BENJAMIN CONSTANT	56
PDS COSTA DA CONCEIÇÃO	ITACOATIARA	390
PA CRAJARI	BENJAMIN CONSTANT	24
PA ENGENHO	ITACOATIARA	02
PA MONTE	BOCA DO ACRE	56
PA VILA AMAZÔNIA	PARINTINS	20
PA MATUPI	MANICORÉ	03

PA PUXURIZAL	BORBA	02
	TOTAL	634

Tabela 3 – TD – Título Definitivo

PROJETO	MUNICIPIO	QUANTIDADE
PA SAMPAIO	AUTAZES	05
PA IPORÁ	RIO PRETO DA EVA	01
PA SANTO ANTONIO	MANAUS	01
	TOTAL	07

TOTAL GERAL: **3.184**

2.3.2.5 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
244.290,66	63.696,54	180.594,12	-

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

Plano de Manejo

No ano de 2011, esta Seção acompanhou o cumprimento de dois Contratos à realização de Planos de Manejo em quatro Projetos de Assentamento: PA Canoas, PDS Morena, PAE Novo Oriente e PA São Francisco.

Por Expedição de Licença Ambiental

- PAE Novo Oriente – assim como reportado no item de licenciamento ambiental, a expedição da LP deste plano de manejo florestal sustentável de pequena escala (PMFSPE) está condicionada à resposta da Notificação nº 22.145/2011 reiterada pela nº 023.201/2012 do IPAAM sobre o perímetro do Projeto, após o georreferenciamento, passar a ter parte inserida no Estado de Rondônia.
- PA Canoas – a expedição da LP deste plano de manejo florestal sustentável de pequena escala (PMFSPE) está condicionada à resposta às Notificações IPAAM nº 021.134/2011 solicitando a apresentação de nova planta devidamente assinada pelo responsável técnico contendo os vértices das poligonais em formato analógico e shapefile (de acordo com a Norma Técnica de Georreferenciamento vigente).

Construção de Viveiro

A entrega do viveiro ocorreu em 17/02/2012 no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nova Esperança, localizado no município do Iranduba-AM. O investimento foi de R\$ 50 mil e a produção de mudas – a ser destinada tanto para replantio em áreas degradadas do projeto quanto para comercialização – ficará sob a responsabilidade dos assentados. Além da venda para outras comunidades, a meta é fazer parcerias com indústrias locais que utilizam madeira como fonte de energia.

2.3.2.6 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0137.0427	OP	3	Família Atendida	7.185	5.870	2.082	7.952	110,67	-

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
81.591.607,00	81.211.830,00	81.096.350,00	99,85	16.894.600,00	20,80	16.894.600,00	20,80

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI.

Execução de RAP no exercício de 2011

Inscrição de RAP - (R\$)	RAP Cancelados - (R\$)	RAP Pagos - (R\$)	RAP a Pagar - (R\$)
98.020.035,63	43.533.200,00	33.410.800,00	21.076.035,63

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica

O crédito Instalação do exercício de 2011 foi previsto na Programação Orçamentária (PO) no valor de R\$ 81.211.830,00 para atender 7.185 famílias beneficiadas nos projetos do INCRA/AM, sendo empenhado o valor de R\$ 81.096.350,00 efetivamente pagos o valor de R\$ 16.894.600,00 ficando em restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 64.201.750,00, devido a não disponibilidade do recurso financeiro até o final do exercício de 2011.

O Crédito Instalação, nas Modalidades Apoio Inicial e Aquisição de Material de Construção iniciados em exercícios anteriores totalizam 2.082 famílias, sendo 50 beneficiadas com o Apoio Inicial e 2.032 com habitação (casas efetivamente construídas) com os recursos depositados nas contas das associações/comissões.

Constam nas contas das Associações/Comissões recursos financeiros para atender 5.870 famílias nas diferentes modalidades do crédito instalação, especificamente Apoio Inicial, Aquisição de materiais de construção e recuperação de materiais de construção a serem aplicados no exercício corrente.

As informações acima citadas estão contidas no quadro da Execução Física das ações realizadas pela UJ, na planilha de monitoramento em execução no exercício de 2011.

Na operacionalização da ação de crédito instalação algumas dificuldades se apresentam, tais como:

1. Reduzido número de servidores para execução das ações, bem como de engenheiros para fiscalização e recebimento das habitações;
2. Dificuldade em realizar capacitação dos servidores para fins de melhoria no desempenho de suas atividades, em virtude da grande demanda de serviços e do baixo quantitativo técnico para atendê-las;
3. Dificuldades no deslocamento dos servidores a serviços da comissão de crédito, devido à extensão e localização dos projetos de assentamento, o que requer a utilização de meios de transportes pouco comuns à maior parte da realidade brasileira, como lancha e voadeira, característicos do interior da região amazônica.

ANEXO 1: DEMONSTRATIVO DO CREDITO INSTALAÇÃO APOIO INICIAL EM 2011

Nome do Projeto	Município	Créditos	Situação	Nº de famílias
PDS TUCUNARE	CAREIRO	APOIO INICIAL	APLICADO	50
TOTAL				50

ANEXO 2: DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS INSTALAÇÃO HABITAÇÃO REALIZADO

NOME DO PROJETO			MUNICÍPIO	CASA CONSTRUIDA
1.	RDS	URARIA	MAUES	135
2.	PDS	COSTA DO CALDEIRÃO	IRANDUBA	182
3.	PAE	ILHA DO BAIXIO	IRANDUBA	76
4.	PAE	ILHA DA PACIENCIA	IRANDUBA	63
5.	PAE	PIRANHA	MANACAPURU	39
6.	PAE	ILHA MURATU	IRANDUBA	09
7.	RDS	AMANA	TEFE	23
8.	PAE	CABALIANA II	MANACAPURU	532
9.	PAE	CABALIANA	MANACAPURU	142
10.	PAE	ARAMAÇA	BENJAMIN CONSTANT	143
11.	PDS	RIO TACANA	TABATINGA	54
12.	PAE	CABALIANA II	MANACAPURU	140
13.	PAE	CABALIANA I	MANACAPURU	50
14.	PAE	ARAMAÇA	BENJAMIM CONSTANT	65
15.	PAE	TACANA	TABATINGA	54
16.	PA	CRAJARI	BENJAMIM CONSTANT	31
17.	PAE	FLORA AGRICOLA	TEFE	19
18.	RDS	UACARI	CARAUARI	57
19.	PAE	MARIPITI	MANICORE	10
20.	PAE	ILHA JACURATU	PDS NOVO REMANSO	15
21.	PA	CRAJARI	BENJAMIN CONSTAN	31
22.	PAE	PURUS	ANORI	135
23.	PAE	PAE MARIPITI	BORMA	130
24.	RDS	PIAGAÇU-PURUS	BERURI	169
25.	PDS	PRIMAVERA	TAPUA	05
26.	PDS	NOVO REMANSO	ITACOATIARA	21
27.	FLONA	FLONA DE MAUES	MAUES	29
28.	PA	ESPIGÃO DO ARARA	CAREIRO	10
29.	PAE	NT ILHA DO JACURATU	IRANDUBA	35
TOTAL				2.032

2.3.2.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.122.0137.2272	A	3	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
900.000,00	1.775.832,00	1.710.060,97	96,29	1.585.790,73	89,29	1.585.790,73	89,29

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI.

Execução de RAP no exercício de 2011

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
69.027,75	394,00	68.633,75	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento está inserida institucionalmente no Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento.

Para a realização de suas ações junto aos clientes do Plano Nacional de Reforma Agrária e cumprimento das metas institucionais passa pela disponibilização de recursos destinados ao custeio de diárias e passagens (aéreas, fluviais e terrestres), consumo (combustível) e fretes de barcos e outros transportes típicos da região, além das despesas administrativas, conforme **descrição** acima.

No campo, o Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento se materializa por meio de ações, a saber:

- a) **Acompanhamento dos projetos de assentamento** – ação fundamental para que se possa identificar, apoiar ou solucionar problemas nos assentamentos. Dela, por meio de visitas/vistorias nos lotes, é possível potencializar as situações positivas e trabalhar as possíveis irregularidades do assentamento. Em 2010 realizamos vistorias pontuais para resolver litígios, confirmar regularidade do assentado, entre outros motivos. E levantamento envolvendo todo o projeto de assentamento, conforme detalhado abaixo:

Nº	Projeto de Assentamento	Município	Parcelas/Famílias Vistoriadas
1	PA Nazaré	Manaus	117
2	PA Matupi	Manicoré	533
3	PA Pacιά	Lábrea	137
4	PA Panelão	Careiro	251
5	PA Paquequer	Nova Olinda do Norte	368
6	PA Sampaio	Autazes	252
7	PA Uatumã	Presidente Figueiredo	389
8	PA Umari	Lábrea	158
Total			2.205

- b) **Concessão de Crédito às famílias assentadas** – as atividades de crédito abrangem desde a análise dos processos individuais dos beneficiários; coleta de assinatura nos contratos de crédito até o fechamento da prestação de contas (passando pela emissão e assinatura dos contratos de crédito, orientação as entidades associativas, confecção de planilhas, fiscalização e entrega dos benefícios/material, organização do processo e prestação de contas.
- c) **Demarcação Topográfica em áreas de assentamento** – com esta ação é possível estabelecer os limites e dimensões do projeto de assentamento e dos lotes (quando for o caso), o que se constitui condição para a Titulação. As atividades desta ação envolvem fiscalização e recebimento dos trabalhos de Georreferenciamento contratados.

- d) **Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento** – as despesas da ação compreendem o acompanhamento e fiscalização das obras e recebimento do trabalho realizado pelas contratadas.
- e) **Titulação de Assentamentos** – a expedição de TD; CCU e CCDRU aos assentados é feita após as inscrições no PNRA. Todavia, os inscritos antes da legislação pertinente à emissão daqueles instrumentos de titulação, somente podem ter seus documentos emitidos após fiscalização e comprovação de regularidade ocupacional. Assim, as ações de titulação dependem de ações de acompanhamento dos projetos (conforme detalhado abaixo). Após essas ações ocorre a emissão dos Títulos e programação de entrega dos mesmos.
- f) **Terra Sol** – programa voltado a apoiar o beneficiamento e comercialização dos produtos dos assentamentos. Para operacionalizá-lo é necessário cumprir atividades com as organizações associativas/cooperativas pleiteantes, visita técnica para análise de viabilidade técnica, entre outros.
Estas atividades estão detalhadas no campo destinado a esta ação.

As atividades descritas acima tanto são realizadas pelos servidores da Divisão de Desenvolvimento quanto pelos lotados nas Unidades Avançadas do INCRA, cujo custeio se dá por esta divisão. Cabe destacar, que a extinção de algumas destas Unidades tem acarretado aumento nas despesas, já que há necessidade de maiores deslocamentos dos servidores lotados na sede para atender os assentados distribuídos nos diversos municípios do estado do Amazonas.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente, Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel Gerenciado	1.254	2.220	0	2.220	177	16.730

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR

Caderno de Metas PO/2011

Plano de Compromisso 2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
11.286	71.164	41.162	57,84	41.162	57,84	41.162	57,84

Fonte: SIAFI e Caderno de Metas PO/2012

Análise Crítica

Unidade de Medida: Imóvel Gerenciado: Imóvel particular ou público que sofreu uma ação de atualização das informações cadastrais via Declaração de Propriedade – DP junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

O alto percentual de 177% de realização da meta prevista para o exercício de 2011 é uma consequência da unidade de medida da ação de não refletir corretamente o produto, pois os recursos não são investidos diretamente no cadastro de imóveis rurais (imóveis gerenciados).

Os imóveis gerenciados são uma consequência de manutenções e novos cadastros inseridos no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.

O cadastro de imóvel rural é declaratório, portanto, dependente da vontade do declarante em procurar o INCRA para executar a atividade.

Os recursos financeiros são investidos para dotar pontos de atendimentos nos municípios do Estado, as Unidades Municipais de Cadastro – UMC, através de formalização de Termos de Cooperação Técnica, implantação do sistema SNCR e treinamentos dos representantes municipais. Visando disponibilizar alternativas de atendimento fora da Superintendência Regional, para facilitar o deslocamento dos declarantes até a sede dos municípios, que se justifica com o tamanho geográfico do Estado do Amazonas.

Nas UMC's são disponibilizados recepcionistas para os formulários e documentos, orientadores para o preenchimento dos formulários, acesso ao SNCR em alguns municípios, agilizando a inserção de dados no sistema e a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR.

Os recursos são investidos ainda em treinamentos dos servidores da Superintendência Regional, lotados na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária e Sala da Cidadania, visando a padronização dos procedimentos para o cadastro de imóveis.

Quantidade de Unidades Municipais de Cadastro - UMC Disponíveis

A SR(15)AM, possui Termos de Cooperação Técnica para o funcionamento das UMC's vigentes com 27 (vinte e sete) municípios.

No exercício de 2011, foram celebrados Termos de Cooperação com os municípios de Apuí e Itacoatiara, e renovados com os municípios de Barcelos, Benjamin Constant, Caapiranga, Eirunepé, Manicoré, Rio Preto da Eva e Urucará.

Para o exercício de 2012, priorizar-se-á a renovação de 22 (vinte e dois) Termos de Cooperação Técnica que se encontram vencidos.

Serão desenvolvidas ações visando atingir todos os municípios do Estado de um total de 62 (sessenta e dois) municípios.

Treinamento sobre os procedimentos para Certificação de Imóvel Rural

Com o objetivo de qualificar e agilizar a análise e conclusão dos processos de Certificação de Imóvel Rural, conforme previsto na Lei nº 10.267/2001, realizou-se treinamento para os Servidores lotados na Área de Cadastro de Imóvel Rural, Cartografia, Comitê Regional de Certificação e Sala da Cidade.

Fiscalização do Funcionamento das Unidades Municipais de Cadastro – UMC

Realizou-se a fiscalização do funcionamento de 12 (doze) UMC's, nos municípios de Barcelos, São Sebastião do Uatumã, Silves, Itacoatiara, Urucurituba, Eirunepé, Barreirinha, Tonantins, Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga e ainda supervisão do Núcleo Regional de Cadastro – NRC da Unidade Avançada do Alto Solimões no município de Benjamin Constant.

Além da fiscalização do funcionamento da UMC, nessas visitas foram realizadas reciclagens dos Chefes das Unidades de Cadastramento quanto os procedimentos e normativos para o cadastro de imóveis rurais.

No ano de 2011 foram emitidos 9.425 CCIR's, sendo 2.859 via sistema SNCR e 6.566 via Portal do INCRA.

Levantamento de Informações de Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiros

Procedeu-se o levantamento nos Cartórios de Registro de Imóveis de 4 (quatro) municípios (Iranduba, Lábrea, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo), sobre a aquisição de imóveis rurais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, conforme art. 15 do Dec. 74.965/74, que regulamenta a Lei 5.709/71. Sendo informado pelos Cartórios que não constam registros no Livro Auxiliar.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não se aplica a Superintendência Regional do Amazonas.

A ação é executada pela Coordenação Geral de Cadastro Rural na Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF no INCRA/Sede.

O recurso é utilizado para atender as despesas com pagamento de contratos administrativos de estruturação, implantação e manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos, comuns a toda a Autarquia.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Não houve meta para a Superintendência em 2011.

A execução orçamentária e financeira foi realizada em atividades da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Amazonas - (SRFA(05)AM) – Programa Terra Legal (Lei nº 11.952/2009).

A execução física é computada na meta da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA), na sede em Brasília – Programa Terra Legal.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.4426	A	3	Área Georreferenciada	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas PO/2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	20.000	20.000	100,00	20.000	100,00	20.000	100,00

Fonte: SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
1.875.000,00	0,00	937.500,00	937.500,00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Amazonas - (SRFA(05)AM) – Programa Terra Legal

O georreferenciamento da malha fundiária é um grande desafio para o Programa Terra Legal e tem por objetivo localizar geograficamente os imóveis rurais de áreas pré-determinadas, estabelecendo seus limites e incorporando dados gráficos ao SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural.

As dificuldades referem-se, em especial, à grande dimensão da região, às dificuldades de acesso e ao pequeno número de servidores lotados na SRFA(05)AM.

Execução Física:

No ano de 2011 foram georreferenciadas 3.389 (três mil trezentos e oitenta e nove) parcelas de terras no estado do Amazonas, num total de 2.037.760,2146 hectares.

Como a Divisão não celebrou convênio para ações de georreferenciamento, todo o trabalho foi executado pelas empresas vencedoras de licitação, fiscalizadas pelos servidores da Superintendência Nacional e das Divisões Estaduais, indicados por Ordens de Serviço.

Os recursos para a realização dessa ação vieram principalmente na rubrica 2272 - Gestão e Administração do Programa e foram gastos essencialmente com combustível e manutenção de veículos, além das despesas administrativas para a equalização das ações de campo, como a fiscalização dos serviços de georreferenciamento realizado pelas empresas contratadas através de processo licitatório.

Nesta ação especificamente, foi alocado um recurso R\$20.000,00(vinte mil reais) para manutenção de um dos veículos da SRFA(05)AM.

Restos a Pagar

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Os valores de Resto a Pagar desta ação, referem-se às parcelas de nºs 2 e 3 do Convênio CTR nº 1.000/2008, do INCRA com o Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM, que tem por objeto a digitalização do Acervo Fundiário do Estado do Amazonas, formalizado em 30/12/2008 e vencimento final para 30/12/2012, no valor total de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), sendo R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil) de repasse do INCRA e R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) de contrapartida do ITEAM.

Os recursos relativos à segunda parcela foram disponibilizados ao ITEAM em 01/07/2011, no valor de R\$ 937.500,00.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve meta para Superintendência em 2011.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve meta para Superintendência em 2011.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Realização de diagnóstico fundiário; efetivação da matrícula das terras devolutas, em nome do INCRA, após o processo discriminatório; cadastramento dos ocupantes e das ocupações; estudos e análises do mercado de terras; articulação interinstitucional, audiências públicas, publicidade de utilidade pública. (texto do PPA 2008/2011, alterada em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve meta para Superintendência em 2011.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Não houve meta para a Superintendência em 2011.

Desde a promulgação da Lei 11.952, em 2009, o modelo da regularização fundiária foi alterado e a ação passou a ser executada conjuntamente entre a Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Amazonas - (SRFA(05)AM) – Programa Terra Legal, com o apoio administrativo da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas – SR(15)AM.

O Programa Terra Legal tem por objetivo acelerar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, onde estima-se que haja, nos 463 municípios, mais ou menos 180 mil posseiros estabelecidos em terras da União Federal.

Nos anos de 2009 e 2010 foram priorizadas as ações de cadastramento dessas posses.

Neste ano de 2011 o georreferenciamento tornou-se prioridade, consumindo grande parte dos recursos do programa.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(a+b)		
21.127.0138.2272	A	3		0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas PO/2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	363.085	362.772	99,91	362.772	99,91	318.341	87,67

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
77.759,32	4.364,90	73.394,42	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica

Por conta da carência de mão de obra para executar o trabalho técnico de georreferenciamento, a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal optou por licitar a contratação desses serviços.

A gerência desses contratos é centralizada na sede, em Brasília.

A Divisão Estadual não é unidade gestora e recebe recursos através da Superintendência Regional, no Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.

O suporte para as ações de cadastramento e georreferenciamento, foram efetivadas com recursos desta ação.

Assim, o pagamento de combustível, manutenção de veículos, compra de material de expediente, pagamento proporcional de água, luz, telefone, compra de mobiliário para armazenamento de processos, confecção de carimbos, cópias de documentos, realizou-se com recursos desta ação.

Parte dos recursos serviu também de suporte para despesas administrativas da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas – SR(15)AM.

As despesas com diárias e passagens e pagamento das firmas contratadas para a execução dos serviços de georreferenciamento foram pagas pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária (SRFA), em Brasília.

Execução Física:

Além dos números de execução física apresentados na ação 4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, conforme informação constante neste Relatório de Gestão, a aplicação dos recursos da ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, refletiu na execução física das ações 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas, da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA (Programa Terra Legal), apresentando a SRFA(05)AM, os seguintes números:

Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Esta ação tem como objetivo promover o ordenamento fundiário de imóveis através da regularização da situação jurídica de posseiros, com a expedição de títulos de domínio.

Antes, porém, da titulação, é necessário fazer-se o cadastramento e o georreferenciamento da gleba e dos lotes e há condições legais a serem cumpridas, devendo então o processo de titulação ser exaustivamente analisado por técnicos antes da emissão dos títulos, à luz da Lei 11.952/2009 e da Portaria 23/2010.

A Divisão Estadual do Amazonas encaminhou, no ano de 2011, 125 (cento e vinte cinco) processos, num total de 35.476,9578 hectares, para análise pelas comissões sediadas em Brasília – 24 (vinte e quatro) deles, num total de 29.916,9636 hectares, tiveram o pedido de titulação indeferido, e 101 (cento e um) títulos foram emitidos, num total 5.559,9939 hectares.

8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Embora a prioridade no ano de 2011 fosse o georreferenciamento, 1.439 (um mil, quatrocentos e trinta e nove) novos cadastramentos foram feitos no correr do ano perfazendo uma área diagnosticada de 294.750,6539 hectares.

Valores em Restos a Pagar

Os valores de Restos a Pagar desta ação, tratam-se de despesas administrativas utilizadas na manutenção da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal no Amazonas - (SRFA(05)AM) – Programa Terra Legal e da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas – SR(15)AM.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

Não se aplica à natureza jurídica da UJ⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.128.0139.4572	A	3	Um	88	34	0	34	38,63%	54

Fonte: Siafi

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
37.928,00	24.450,72	16.433,96	0,67	16.433,96	0,67	16.433,96	0,67

Fonte: Siafi, PO-2011

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
00	00	00	00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica :

A análise dos números das ações de capacitação realizadas pela Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, SR(15)AM, no ano de 2011 apontou que foram oferecidos um razoável número de cursos e oportunidades de treinamento aos servidores desta Superintendência. Os

recursos descentralizados para a capacitação, possibilitaram a capacitação de 34 (trinta e quatro) servidores da SR(15).

Todas as ações de capacitação realizadas no exercício de 2011 visaram desenvolver as competências institucionais, gerenciais, técnicas e de suporte mapeadas pela equipe de Desenvolvimento Humano no PLANO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO - PNC 2008/2011, com ênfase a capacitar o servidor a realizar as suas tarefas com eficiência e qualidade, de modo a compatibilizar o desempenho, com os objetivos e metas da autarquia, atendendo as prioridades das áreas responsáveis pelas atividades fins, com destaque para os cursos de **“capacitação ao uso de GPS”** e **“Introdução ao uso das ferramentas do geoprocessamento”** que vieram atender uma carência de qualificação de pessoal para a realização destas atividades com pleno êxito.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; Cadastramento das famílias quilombolas; Consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; Publicação de portaria de Reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; Encaminhar os não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; Demarcação e titulação de território (texto do PPA 2008/2011, alterado em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve meta para Superintendência em 2011.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não houve meta para Superintendência em 2011.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: **Clarisse Aparecida dos Santos**

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Em 2011 não foram implantados Cursos/Projetos desta ação.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Em 2011 não foram implantados Cursos/Projetos desta ação.

Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Em 2011 não foram implantados Cursos/Projetos desta ação.

Análise Crítica

Os recursos desta ação são utilizados para custear as atividades de campo, bem como despesas administrativas: acompanhamento da execução dos Cursos em andamento e participação em eventos (seminários, congressos, oficinas, etc.), que disseminem e divulguem as ações do programa.

Em 2011 não foram apresentados ou implantados cursos/projetos no âmbito da Superintendência Regional do Amazonas.

Os recursos liberados serviram para cobrir despesas com a participação de 02 servidores na Reunião Regional da **II Pesquisa Nacional do PRONERA** que se realizou em Brasília/DF.

Esta Pesquisa está com início previsto para o primeiro semestre de 2012.

O PRONERA faz parte do Serviço de Educação e Cidadania que é composto também pelo PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, executado em parceria com O MDA/AM.

Portanto os 03 (três) servidores executaram os serviços do PNDTR e outras atividades da Divisão de Desenvolvimento.

2.3.7.3 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1350.2271	A	3	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.500,00	5.715,00	2.095,22	36,66	2.095,22	36,66	2.095,22	36,66

Fonte: Caderno de Metas/2011; SIAFI.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d)=(b+c)		
21.606.1427.4470	A	3	Família Assistida	1.200	-	3.220	3.220	268,33	3.220

Fonte: *Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.*

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Caderno de Metas/2011; SIAFI.*

Execução de RAP no exercício de 2011

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
564.397,55	-	-	564.397,55

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica

Em 2011, havia previsão da liberação da 2ª parcela no valor de R\$ 564.397,55 do Convênio com o IDAM, porém, em razão do atraso no uso dos recursos ainda da primeira parcela liberada, ocasionado pela dificuldade encontrada pela conveniente em realizar a licitação dos produtos e serviços, a coordenação de ATES sugeriu em parecer técnico a não liberação do valor previsto, uma vez que o prazo e a qualidade dos serviços já estavam comprometidos. Decidiu-se apenas por nova prorrogação de prazo do Convênio, que deverá encerrar em 30/06/2012.

Com relação ao percentual de 268,33 % da meta física realizada, há que se esclarecer que se trata de uma **Ação Continuada**, relativa a um Convênio iniciado em 2009, com previsão de encerramento para 2012.

Há programação de lançamento de uma chamada pública para dar continuidade aos serviços de ATES previstos no convênio em vigência, além de outras chamadas públicas para atendimento às famílias pertencentes a projetos de assentamento criados em 2011.

No exercício 2011 foi lançada chamada pública para atendimento de 1.230 famílias no município de Parintins - lote Baixo Amazonas - no valor de R\$ 1.946.842,80. Para este chamamento, uma única empresa se apresentou interessada e habilitada para prestar os serviços. O início das atividades depende da liberação de recursos financeiros, prevista para o exercício de 2012.

Ações que apresentaram problemas de execução

- A equipe de ATES, no exercício de 2011 era composta de apenas 02(dois) servidores, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do convênio em vigência, que atende 3.220 famílias de 31 projetos de assentamento, localizados em 13 municípios do estado do Amazonas, além de elaboração de plano de trabalho e projeto básico para lançamento da chamada pública que atenderá 1.230 famílias, localizadas na região do baixo Amazonas;
- Em virtude da sobrecarga de atividades, os servidores não conseguem reservar tempo para participação em cursos de capacitação e reciclagem, o que contribuiria em muito na qualidade e desempenho das ações;
- A chamada pública lançada em 2011 teve apenas uma empresa interessada em virtude da escassez de empresas aptas a desenvolverem ações de ATES no estado do Amazonas. A única entidade pública, que possui boa infraestrutura e *now-how* para desempenho dessas ações nem sempre se mostra disposta a executar esses serviços, levando em consideração a região onde a ação está sendo demandada.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1427.2272	A	3	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: *Caderno de Metas/2011; SIAFI; SIR/Monitoramento.*

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
100.000,00	16.430,40	3.510,00	21,36	3.116,41	18,96	3.116,41	18,96

Fonte: *Caderno de Metas/2011; SIAFI.*

Execução de RAP no exercício de 2011

Inscrição de RAP (R\$)	RAP Cancelados (R\$)	RAP Pagos (R\$)	RAP a Pagar (R\$)
148.217,10	9.319,10	138.898,00	0,00

Fonte: *SIAFI.*

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁰

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0750.2000	A	3	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: caderno de Metas/2011; SIAFI

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.433.511,00	3.283.242,60	3.255.194,05	99,15	3.178.612,46	96,81	3.178.612,46	97

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
1.063.734,38	154.728,78	909.314,60	-

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

A Superintendência Regional do INCRA no estado do Amazonas na execução orçamentária e financeira desta ação de administração da unidade procurou dotar nossa UJ, sede e unidades avançadas, de condições necessárias para desenvolvimento das atividades para cumprimento das metas programadas para o exercício. Porém os recursos destinados a manutenção da Unidade, são sempre insuficientes principalmente se considerarmos que os custos dos contratos das despesas fixas ou não, que sofrem constantes reajustes. Mantida a atual situação de recursos abaixo de nossas demandas, fatalmente apesar de todas as readequações que ocorrem ao longo do exercício, em algum momento não conseguiremos manter os serviços mais básicos e essenciais ao desempenho do apoio administrativo.

2.3.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ – consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%)	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício	Iniciada em exercícios anteriores	Execução Total		
21.631.0135.8384	A	3	Família Assentada	1.200	1.329	0	1.329	110,75	-
21.631.0135.8374	A	3	ha	358.000	468.384,06	0	468.384,06	130,83	-
21.631.0135.8387	A	3	Licença Ambiental Protocolada	14	26	0	26	185,71	-
21.122.0135.2272	A	1	-	-	-	-	-	-	-
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida	2.922	-	752	752	25,73	2.170
21.631.0137.8398	A	3	Família Atendida	1.253	4.359	-	4.359	347,88	-
21.631.0137.4358	A	3	Doc. Tit. Expedido	631	3.184	0	3.184	504,60	-
21.631.0137.0427	OP	3	Família Atendida	7.185	5.870	2.082	7.952	110,67	-
21.122.0137.2272	A	3	-	-	-	-	-	-	-
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel Gerenciado	1.254	2.220	0	2.220	177	16.730
21.127.0138.4426	A	3	Área Georreferenciada	-	-	-	-	-	-
21.127.0138.2272	A	3	-	-	-	-	-	-	-
21.128.0139.4572	A	3	Um	88	34	0	34	38,63	54
21.122.1350.2271	A	3	-	-	-	-	-	-	-
21.606.1427.4470	A	3	Família Assistida	1.200	-	3.220	3.220	268,33	3.220
21.122.1427.2272	A	3	-	-	-	-	-	-	-
21.122.0750.2000	A	3	-	-	-	-	-	-	-

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Regional do INCRA no Amazonas	37201	373025

Fonte: SIAFI

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes.¹¹

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.¹²

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.¹³

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	492010927200890181	5.906,52		
		373001	492012112201352272			97.263,97
		373001	492012112201372272			1.775.832,00
		373001	492012112201382272			358.557,74
		373001	492012112207502000			3.239.996,90
		373001	492012112213502272			5.715,00
		373001	492012112214272272			16.430,40
		373001	492012112501382105			71.164,00
		373001	492012112701384426			20.000,00
		373001	492012112801394572			24.450,72
		373001	492012142214338402			67.286,83
		373001	492012163101358374			56.145,83
		373001	492012163101358384			124.726,07
		373001	492012163101358387			170.786,00
		373001	492012163101374358			180.155,55
		373001	492012163101378398			1.150.354,60
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	492012112201382272	4.527,60		
		373001	4920121122013910ZR	700.000,00		
		373001	492012112207502000	43.245,70		
		373001	492012163101370427		81.211.830,00	
		373001	492012163101378396	9.000.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

O quadro de movimentação de créditos orçamentários concedidos ou recebidos demonstra que a superintendência recebeu créditos exclusivamente da unidade orçamentária a que está vinculada. A movimentação de créditos em maior diversidade de ações na categoria referente à despesas correntes é um indicador representativo do grande número de atividades desenvolvidas

pela Superintendência Regional para atender as demandas da sociedade para acesso aos programas, principalmente na contratação de empresas para serviços de demarcação topográfica de Projetos de Assentamento do INCRA no estado do Amazonas, bem como para subsidiar a manutenção da estrutura necessária ao cumprimento das competências institucionais.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

VALORES EM R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	7.723.854,52	8.852.548,77	4.723.854,52	8.852.548,77
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	15.438,36	0,00	15.438,36
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	4.723.854,52	8.837.110,41	4.723.854,52	8.837.110,41
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	544.211,15	574.634,90	544.211,15	574.634,90
Dispensa	95.731,27	102.928,38	95.731,27	102.928,38
Inexigibilidade	448.479,88	471.706,52	448.479,88	471.706,52
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	663.375,42	2.158.529,84	663.375,42	2.158.529,84
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	663.375,42	2.158.529,84	663.375,42	2.158.529,84
Outros	17.747.353,90	2.724.001,82	17.747.353,90	2.724.001,82

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Os valores constantes do item denominado “outros” se referem basicamente às inversões financeiras decorrentes da concessão de empréstimos e financiamentos às famílias de trabalhadores rurais assentadas nos diversos Projetos de assentamento criados e administrados pela Autarquia. Referidos recursos são utilizados pelas referidas famílias para a aquisição de alimentos, fomentos em geral e construção de habitação rural.

QUADRO A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	5.906,52	12.692,60	5.906,52	12.692,60	0,00	0,00	5.906,52	12.692,60
08 – Outros Benefícios Assistenciais	5.906,52	12.692,60	5.906,52	12.692,60	0,00	0,00	5.906,52	12.692,60
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	7.146.439,45	15.360.507,17	6.116.291,97	8.841.496,93	1.030.177,48	6.519.010,24	6.116.291,97	8.841.496,93
37 – Locação de Mão-de-obra	2.409.699,64	1.819.745,26	2.409.699,64	1.673.116,08	0,00	146.629,18	2.409.699,64	1.673.116,08
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.185.516,72	5.873.930,77	1.253.702,65	2.264.141,23	931.814,07	3.609.789,54	1.253.702,65	2.264.141,23
30 – Material de Consumo	1.436.476,73	1.427.712,84	1.339.113,32	1.144.668,02	97.363,41	283.044,82	1.339.113,32	1.144.668,02
Demais elementos do grupo	1.114.776,36	6.239.118,30	1.113.776,36	3.759.571,60	1.000,00	2.479.546,70	1.113.776,36	3.759.571,60

Fonte: SIAFI

QUADRO A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	9.047.773,30	18.547.633,53	4.527,60	3.197.688,56	9.043.245,70	15.003.687,14	4.527,60	3.197.688,56
41 – Contribuições	9.000.000,00		0,00		9.000.000,00		0,00	
51 – Obras e Instalações	43.245,70	4.653.742,17	0,00	0,00	43.245,70	4.653.742,17	0,00	0,00
52 – Equip. e Material Permanente	4.527,60	13.547.633,53	4.527,60	3.197.688,56	0,00	10.349.944,97	4.527,60	3.197.688,56
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras	81.096.350,00	40.660.835,63	16.894.600,00	112.000,00	64.201.750,00	40.548.835,63	16.894.600,00	122.000,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	81.096.350,00	40.660.835,63	16.894.600,00	112.000,00	64.201.750,00	40.548.835,63	16.894.600,00	112.000,00
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Verificando o aspecto das despesas realizadas por grupo e elemento de despesas constata-se o decréscimo do grupo outras despesas correntes em razão dos cortes orçamentários de 2011, o qual dificultou as ações desta Superintendência e que influenciou no aumento do grupo inversões financeira que teve acréscimo, principalmente em restos a pagar não processados, devido a falta de recursos para diárias e passagens entre outros fatores, tal situação de restrições orçamentárias também teve influência sobre o grupo investimentos que teve grande redução de seus valores empenhados e pagos.

2.5 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	- Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. - Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	21%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. - Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	60%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	- Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. - Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	Não se aplica a SR, pois a ação é executada pelo Programa Terra Legal – Lei nº 11.952/2009

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	0,0%
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	123,80%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	24,29%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0,0%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	16,98%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	56,58%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	152,89%
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	11.292 contratos

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade de famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	6,28%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	-
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	4,30%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	03

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	1,64%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	• quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	34:125x100=15,8113
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	• número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	275:215 = 1,27

Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV	
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	

- [1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).
- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	62.071.533,01	221.807,76	38.359.703,96	23.490.021,29
2009	90.131.650,92	43.476.001,04	45.220.612,73	1.435.037,15
2008	48.202.372,77	6.440.017,10	41.762.355,67	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Com relação aos valores registrados em restos a pagar não processados, informamos que vários fatores concorreram para o significativo valor inscrito, quais sejam:

a) A redução da força de trabalho motivada principalmente pelo elevado número de servidores que se aposentaram, sem que tenha ocorrido a reposição das vagas;

b) A edição do Decreto 7446/2011 que reduziu os gastos com pagamento de diárias e passagens, que impossibilitou o deslocamento de diversos servidores para a execução dos trabalhos de fiscalização e acompanhamento das ações realizadas (atividade fim), indispensável para instrução de processos de pagamento de crédito e implantação de infraestrutura básicas no diversos projetos de assentamento do INCRA no Estado do Amazonas. Para que se tenha idéia do impacto da medida em tela, pode ser observado no quadro A.2.11 despesa por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação. Onde verifica-se que no exercício de 2010 o dispêndio com diárias foi na ordem de R\$ 2.158.529,84 e no exercício de 2011, apenas R\$ 663.375,42, decréscimo real de 225,38%;

Vale ressaltar que do montante inscrito, R\$ 62.071.533,01, 65,32 % refere-se a empenhos de crédito instalação, onde, mais pontualmente, há a necessidade frequentes deslocamentos de técnicos para fiscalização e recebimento das unidades habitacionais contratadas.

c) O componente ambiental, sobre tudo a necessidade de cumprimento dos projetos básicos, que exigem que na construção das unidades habitacionais sejam empregadas apenas madeiras oriundas de planos de manejo e devidamente certificadas pelos órgãos oficiais.

d) O sistema de fossas e captação de águas que deve obedecer padrões ecologicamente corretos, critérios de sustentabilidade ambiental (Instrução Normativa N.º 01, de 19 de janeiro de 2010);

e) Outro fator, sem dúvida, que concorreu para o elevado registro do período, diz respeito a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para a contratação dos serviços de demarcação do perímetro e das parcelas dos assentamentos que é condição indispensável (atividade meio) para o início da construção das habitações.

f) Observa-se, ainda, que o caso em concreto, restos a pagar não processados no âmbito do INCRA, não ocorre somente nesta Superintendência Regional ela é ponto comum em todas as 30 (trinta) Superintendências desta Autarquia Federal;

Pelos fatos acima expostos e tendo em vista que os restos a pagar referem-se a despesas com prazo vigente, observa-se que os mesmos se enquadram na tipificação legal descrita no inciso “I”, do artigo 35, da Lei n.º 93.872/86.

5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		215	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		215	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		212	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		3	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)		215	0	1

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de dados)

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	03
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	01
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	00
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	00
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	00
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	04
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	07

Fonte: Extração Siape Fevereiro de 2011

QUADRO A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	21	02	0
1.1.Cargos Natureza Especial				
1.2.Grupo Direção e Assessoramento superior	0	21	02	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		17	02	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		02		
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo		02		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	0	02	0	0
2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão		02		
2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3.Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	23	02	0

Fonte: Siape e Extrator de dados fevereiro de 2011

QUADRO A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	03	15	46	97	33
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	03	15	46	97	33
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00
2. Provimento de cargo em comissão	00	00	00	00	00
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	02	03	13	02
2.3. Funções gratificadas				02	
3. Totais (1+2)	04	17	49	112	35

Fonte: Siape e Extrator de dados fevereiro de 2011

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	45	0	96	53	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira	0	0	45	0	96	53	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					9	12			
2.3. Funções gratificadas					2				
3. Totais (1+2)	0	0	45	0	107	65	0	0	0
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Siape e Extrator de dados

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	58	12
1.1 Voluntária	46	12
1.2 Compulsória	00	00
1.3 Invalidez Permanente	12	
1.4 Outras		
2. Proporcional	28	01
2.1 Voluntária	26	
2.2 Compulsória	02	
2.3 Invalidez Permanente		01
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	86	13

Fonte: Siape e extrator de dados

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	43	02
1.1. Integral	34	00
1.2. Proporcional	09	02
2. Em Atividade	18	00
3. Total (1+2)	61	02

Fonte: Siape e extrator de dados

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	06	06	06	06	R\$ 36.370,13
1.1 Área Fim	01	01	01	01	R\$ 6.389,35
1.2 Área Meio	05	05	05	05	R\$ 29.980,79
2. Nível Médio	18	18	18	18	R\$ 72.365,71
2.1 Área Fim	13	13	13	13	R\$ 52.116,59
2.2 Área Meio	05	05	05	05	R\$ 20.249,12
3. Total (1+2)	24	24	24	24	R\$ 108.735,84

Fonte: Siape e Extrator de dados

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES (2009, 2010 E 2011)

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS		
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO									
2009	R\$ 11.237.467,73		R\$ 1.005.413,29	R\$ 341.689,73	R\$ 1.093.331,08	R\$ 854.157,34	R\$ 5.258,44	R\$ 2.751,72	R\$ 27.343,72
2010	R\$ 11.300.357,88		R\$ 1.001.576,95	R\$ 320.269,71	R\$ 1.794.038,83	R\$ 1.524.029,65	R\$ 4.600,01	R\$ 1.515,88	R\$ 17.767,88
2011	R\$ 11.007.354,79		R\$ 955.810,46	R\$ 311.476,24	R\$ 652.341,32	R\$ 1.906.300,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.354,79
SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS									
2009									
2010									
2011									
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA									
2009					R\$ 3.990,35				
2010					R\$ 0,00				
2011					R\$ 0,00				
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR									
2009		R\$ 404.572,85			R\$ 111.019,85				
2010		R\$ 403.237,83			R\$ 145.339,96				
2011		R\$ 400.969,17			R\$ 69.307,31				
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS									
2009		R\$ 10.104,23			R\$ 2.160,55				
2010		R\$ 10.104,24			R\$ 1.724,63				
2011		R\$ 10.104,24			R\$ 819,75				

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011. Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2009	R\$ 1.283,37
2010	R\$ 82.920,74
2011	R\$ 3.674,73

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
01. Apoio Administrativo técnico operacional	18	18	14	0	0
02. Serviço de limpeza e conservação	29	29	29	0	0
03. Serviço de vigilância e segurança	30	30	30	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Observação : Os contratos acima identificados, se fazem necessários, haja visto, que os últimos concursos do INCRA, ocorridos nos anos de 2004, 2005 e 2010, não contemplaram as áreas relacionadas, especialmente, a questão da conservação, vigilância e segurança patrimonial.					

Fonte: Contrato de Prestação de Serviço

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Quadro A.5.12 – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 373025/37201							CNPJ: 00375972/0014-85						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	CRT/AM 7000/2008	0622.6486/0001-67	01/05/00	30/04/12		X		X			p
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Contrato

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 373025/37201							CNPJ: 00375972/0014-85						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	CRT/AM 24000/2010	047186330001-90	11/11/10	10/11/12		X		X			P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Contrato

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 373025/37201							CNPJ: 00375972/0014-85						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	CRT/AM 19000/2010	094063860001-00	01/11/11	30/11/12		X		X			P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Contrato

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão: 373025/37201							CNPJ: 00375972/0014-85						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	CRT AM 25000/10	06226486/0001-67	11/11/10	10/11/10		X		X			P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Contrato

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não são utilizados indicadores gerenciais relativos a absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Não havendo ocorrência de acidentes no exercício de 2011.

Quanto à disciplina é um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório.

Com relação à rotatividade, é efetuado acompanhamento dos egressos de servidores que ingressaram no INCRA em razão da realização de concursos públicos realizados em 2004 e 2005.

No tocante ao desempenho funcional, os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que foi aprovado no exercício de 2011, a sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho de GDARA e GDAPA, nos termos do disposto no Decreto n 7.133/2010, tendo ocorrido a avaliação em março do corrente ano.

O INCRA realizou um concurso em 2010, porém, a SR(15)AM não foi contemplada com o preenchimento das vagas autorizadas pelo Ministério do Planejamento, estando na expectativa de ser atendida nas próximas portarias de nomeações, condição esta indispensável para a recomposição da força de trabalho e cumprimento das metas institucionais.

6 Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1. Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA									
CNPJ: 00.375.972/0014-85					UG/GESTÃO: 373025 / 37201				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	SIAFI 598071 (CRT/AM/N.º 8000/2007)	05.585.107/0001-62	R\$ 8.800.000,00	R\$ 800.000,00	-	R\$ 3.000.000,00	17/12/2007	17/12/2011	4
1	SIAFI 640437 (CRT/AM/N.º 1000/2008)	05.585.107/0001-62	R\$ 6.000.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 937.500,00	R\$ 3.562.500,00	30/12/2008	30/12/2012	1
1	SIAFI 643620 (CRT/AM/N.º 2000/2008)	05.585.107/0001-62	R\$ 14.000.000,00	R\$ 3.500.000,00	-	R\$ 2.650.000,00	30/12/2008	30/06/2011	4
1	SICONV 706359/2009 (N.º interno 04/2009)	05.560.185/0001-02	R\$ 4.923.436,05	R\$ 492.343,61	R\$ 1.498.028,36	R\$ 2.996.055,29	03/11/2009	02/03/2012	1
1	SICONV 718055/2009 (N.º interno 05/2009)	01.171.012/0001-41	R\$ 1.449.117,97	R\$ 161,117,97 + bens e serviços	-	R\$ 723.602,45	30/12/2009	30/06/2012	1

1	SICONV 762004/2011 (N.º interno 01/2011)	05.560.185/0001-02	R\$ 10.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	-	-	15/12/2011	15/12/2013	1
<u>LEGENDA</u> Modalidade: 1 – Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado									
Fonte: INCRA/SR(15); SIAFI;SICONV.									

QUADRO A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
CNPJ:	00.375.972/0014-85					
UG/GESTÃO:	373025 / 37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	01	-	06	R\$ 2.435.528,36	R\$ 3.176.437,31	R\$ 6.237.822,45
Contrato de Repasse	-	-	-		-	-
Termo de Cooperação	-	-	-		-	-
Termo de Compromisso	-	-	-		-	-
Totais	01	-	6	R\$ 2.435.528,36	R\$ 3.176.437,31	R\$ 6.237.822,45

Fonte: INCRA/SR(15); SIAFI; SICONV.

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
CNPJ: 00.375.972/0014-85			UG/GESTÃO: 373025/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	04	R\$ 19.219.092,44	R\$ 7.282.157,74	R\$ 11.372.537,15	37,89 %
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	04	R\$ 19.219.092,44	R\$ 7.282.157,74	R\$ 11.372.537,15	37,89 %

Fonte: INCRA/SR(15); SIAFI; SICONV.

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária					
CNPJ: 00.375.972/0014-85			UG/GESTÃO: 373025/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	07	-	-
		Montante Repassado	R\$ 10.676.134,92	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	R\$ 1.824.000,00	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	R\$ 1.087.821,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	04	-	-
		Montante Repassado	R\$ 592.117,57	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado		-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	R\$ 100.000,00	-	-
Fonte: INCRA/SR(15); SIAFI; SICONV.					

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
CNPJ: 00.375.972/0014-85				UG/GESTÃO: 373025/37201	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			04	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	04	-
			Montante repassado (R\$)	R\$ 5.815.630,38	
2010	Quantidade de contas prestadas			02	-
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	02	-
			Montante repassado (R\$)	R\$ 1.081.821,00	-
2009	Quantidade de contas prestadas			04	-
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	01	-
			Quantidade de TCE	01	-
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	02	-
			Montante repassado	R\$ 257.077,57	-
Exercícios	Contas NÃO analisadas		Quantidade	02	-

anteriores a 2009		Montante repassado	R\$ 1.387.800,43	-
------------------------------	--	--------------------	------------------	---

Fonte: INCRA/SR(15); SIAFI; SICONV.

6.2. Análise Crítica

- a) A UJ vem notificando as Convenientes que se encontram na situação inadimplente ou mesmo com pendências na prestação de contas apresentadas para sanarem as falhas existentes, adotando os procedimentos da IN/TCU n.º 56/2007, quando necessário.
- b) As transferências efetuadas no exercício, cujos empenhos não foram liquidados, estão em vigência, enquadrando-se na hipótese do art. 35, I, do Decreto 93.872/86.
- c) Em relação às transferências efetuadas nos três últimos exercícios, não houve grande aumento na quantidade e volume dos recursos transferidos, posto que no exercício em questão efetuaram-se as transferências dos recursos dos convênios celebrados nos exercícios 2008 (SIAFI 640437) e 2009 (SICONV 706359), este último referente à segunda parcela, que foi disponibilizada em três vezes. No exercício 2011, foi celebrado somente o Convênio SICONV 762004, mas em razão da indisponibilidade de recursos financeiros pelo Órgão Central não houve a transferência da primeira parcela programada para dezembro/2011.
- d) As medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011 continuarão sendo empregadas em 2012, não havendo até o presente momento qualquer manifestação em sentido contrário por parte dos gestores da UJ. Entretanto, ressaltamos que havendo a necessidade, providências serão adotadas nesse sentido, sobretudo para aumentar o quantitativo de servidores habilitados e/ou capacitados na gestão de transferência de recursos.
- e) As prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011 eventualmente são apresentadas pelas Convenientes dentro do prazo regulamentar, havendo situações que
- f) As análises das prestações de conta das transferências expiradas em 2011 ainda não foram concluídas em razão de estar sendo dada prioridade às análises das prestações de contas vencidas em exercícios anteriores, inclusive com o apoio de servidores de outras Superintendências Regionais.
- g) O principal problema enfrentado para desempenhar as atribuições relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais é a insuficiência de servidores habilitados e/ou capacitados. Não há servidores suficientes para execução de todas as atividades inerentes elaboração de pareceres indispensáveis à análise de prestação de contas, sobretudo na área contábil e financeira.
- h) Em relação à análise técnica, a carência de servidores não é tão evidente quanto nos Serviços de Orçamento e Finanças e Contabilidade, tendo em vista que no caso específico da Contabilidade, apenas um servidor está apto a emitir análise contábil das prestações de contas de convênios.
- i) As transferências efetuadas em exercícios anteriores a 2009 já tiveram a prestação de contas apresentadas e estão sendo objeto de análise financeira. Entretanto, há situações em que a documentação apresentada mostra-se insuficiente ou em desacordo ao que prevê a IN/STN 01/1997, fazendo com que o setor responsável notifique as convenientes para ratificá-las ou apresentar justificativas.
- j) O INCRA/Sede editou a Portaria/INCRA/P/Nº 167, de 09/03/2012, cujo objetivo é adotar medidas visando concluir o estoque de convênios vencidos, regidos pela IN/STN 01/1997, registrados na situação “a aprovar”. Em relação à UJ, o limite para eliminar esse estoque de convênios vencidos é o

exercício 2012. Atualmente, há na UJ 12 convênios vencidos na situação “a aprovar”, que já estão sendo objeto de análises e diligências junto aos Convenentes.

7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Jeam Vital de Brito, CPF nº 588.984.922-00, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, exercido na Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Manaus, 30 de março de 2012.

Jeam Vital de Brito
588.984.922-00
ARD/INCRA-AM

DECLARAÇÃO

Eu, Omar da Silva Oliveira, CPF nº 052.999.002-44, Chefe da Divisão de Administração, exercido na Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Manaus, 30 de março de 2012.

Omar da Silva Oliveira
052.999.002-44
Chefe INCRA-SR(15)A

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	21	21	21
	Entregaram a DBR	21	21	21
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Siape

Análise Crítica:

O INCRA orienta a todos os servidores detentores de cargo de chefia a disponibilizarem ao Serviço de Desenvolvimento Humano (Recursos Humanos), uma cópia da declaração de imposto de renda anual ou se assim preferir, o servidor pode ainda, preencher um formulário padrão que está disponível em seu Portal Incranet no endereço www.incra.gov.br dando autorização formal ao INCRA a ter acesso às suas declarações anuais apresentadas junto à Receita Federal.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais: O Regimento Interno do INCRA prevê nos artigos 111 e 112, a existência no âmbito das Superintendências Regionais, a função de Planejamento e Controle, vinculada ao Gabinete da Superintendência, e no âmbito Nacional, à Diretoria Estratégica – DE , definindo suas atribuições : a) coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; b) coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; d) disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central;					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Não se aplica a UJ

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	MUNICÍPIO		
	MANAUS/AM	01	01
	BOCA DO ACRE/AM	01	01
	HUMAITÁ/AM	01	01
	APUÍ/AM	01	01
	BORBA/AM	01	01
	PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM		
Total Brasil		5	5

Fonte: SPIUNET

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	MUNICÍPIO	Σ	Σ
	Manacapuru/AM	1	1
	Careiro/AM	1	1
	Parintins/AM	1	1
Total Brasil		3	3
EXTERIOR			
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: Contrato

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373025	0255.00636.500-5	15	3	0,01	24/08/2011	3.540.381,17	744.559,55	114
373026	0215.00045.500-9	15	3	0,01	24/11/2011	569.409,46	215.443,73	65
373027	0235.00044.500-8	15	3	0,01	24/11/2011	695.833,67	269.999,93	60
Total							1.230.003,21	239

Fonte: SPIUNET

11.1.1 Análise crítica:

Com relação as Unidades Avançadas Médio Madeira e Presidente Figueiredo, localizadas nos municípios de Borba e Presidente Figueiredo/AM respectivamente, informamos que as mesmas ainda não foram registradas no SPIUNET em virtude de não termos reunido toda a documentação necessária para o registro dos imóveis em Cartório, o que deverá ocorrer no exercício de 2012.

A Unidade Rio Juma, localizada no município de Apuí, a exemplo das Unidades Avançadas acima mencionadas ainda não foi registrada no SPIUNET por falta de definição da área em que foi construída a referida UA.

Neste exercício serão adotadas providências no sentido de que a situação seja devidamente regularizada.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					x
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		x			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	x				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	x				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – ver necessidade de adaptação ao uso das SRs

Não houve ocorrência no exercício 2011.

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)**Valores em R\$ 1,00**

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0
2009	15	36.810,00	15	18.800,00	55.610,00

Fonte: SIAFI; Relatório de Gestão/2009.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Amazonas					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	019.611/2008-7	7460/2011	9.4	DE	Ofício nº 1457/2011-TCU/SECEX-AM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Amazonas – Incra/AM					17125
Descrição da Deliberação:					
9.4. determinar à Superintendência Regional do Incra no Amazonas – Incra/AM que: 9.4.1 comunique a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, a conclusão da tomada de contas especial referente ao Convênio nº 424562, celebrado com a Associação de Produtores Rurais da União do Progresso, em que foi detectada execução parcial do objeto; e 9.4.2 inclua no próximo Relatório de Gestão informações acerca dos resultados dos trabalhos relativos ao Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental nº 11/2008, celebrado com o Instituto de Proteção do Meio Ambiente do Amazonas – IPAAM, objetivando regularizar a situação ambiental de todos os assentamentos passíveis de licenciamento.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SR(15)G					17125
Síntese da providência adotada:					
Item 9.4.1) Para dar prosseguimento a TCE instaurada, efetuou-se diligência junto ao Cartório do Ofício do Judicial e Anexos, da Comarca de Apuí-AM, a fim de confirmar as informações acerca do falecimento do Sr. Abelardo Pereira dos Santos, Presidente da Associação, na época em que se celebrou o Convênio. Item 9.4.2) Incluir as informações acerca dos resultados dos trabalhos relativos ao TACA nº 11/2008 no Relatório de Gestão/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Item 9.4.1) O Cartório confirmou a informação do falecimento. Aguarda-se a conclusão do Relatório da TCE pelo setor responsável. Item 9.4.2) O TACA nº 11/2008 foi renovado pelo TACA nº 07/2010, com vencimento em 19 de abril de 2012. No documento, elaborou-se um Plano de Trabalho entre os grupos técnicos das duas autarquias. O grupo foi ampliado para participação também do IBAMA, FETAGRI e FVS, o qual se reúne ao menos uma vez por semestre. Os resultados encontram-se na Análise Crítica, do item 2.3.1.3, da Ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária, do Relatório de Gestão/2011.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Observa-se que a UJ apresentou dificuldades na conclusão da tomada de contas especial, notadamente					

em razão do reduzido número de servidores disponíveis, sobretudo para execução de TCEs, cujo trabalho requer conhecimento e disponibilidade.

Quanto ao item 9.4.2, com a assinatura do TACA nº 11/2008, renovado pelo TACA nº 07/2010, definiu-se uma escala de prioridades de tal forma que todos os assentamentos serão licenciados a luz da legislação federal e estadual.

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:				Código SIORG	
Superintendência Regional do Amazonas				17125	
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	021.203/2010-5	7891/2011	9.3	DE	Ofício nº 1424/2011-TCU/SECEX-AM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Amazonas – Incra/AM					17125
Descrição da Deliberação:					
9.3 determinar à Superintendência Regional do Incra no Amazonas que realize a conformidade contábil no sistema Siafi, respeitando a norma de execução e as instruções normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, pela Secretaria Federal de Controle Interno e pelo Manual do Siafi, além das recomendações contidas no Acórdão TCU nº 286/2007 – Plenário (v.g., Acórdão TCU nº 7698/2010 – Primeira Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
SR(15)G				17125	
Síntese da providência adotada:					
Adoção das providências recomendadas no Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
A conformidade contábil está sendo realizada por servidores designados para esse fim, com observâncias às normas correlatas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A adoção da medida tem evitado novas recomendações dessa natureza.					

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Amazonas					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	016.389/2009-8	10075/2011	9.3	DE	Aviso nº 182-Seses-TCU-1ª Câmara
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Amazonas – Incra/AM					17125
Descrição da Deliberação:					
9.3 determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Amazonas que, em atendimento ao disposto na Portaria STN 564/2004, atualizada pela Portaria STN 467/2009 e Pela Portaria STN 664/2010, constitua e contabilize provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SR(15)G					17125
Síntese da providência adotada:					
A UJ está aguardando orientações do INCRA/Sede.					
Síntese dos resultados obtidos					
Por intermédio do Mem. nº 636/2011-AUD foi comunicado a UJ que o disposto no item 9.3 deverá ser cumprido sob as orientações da Coordenação-Geral de Contabilidade do INCRA/Sede-DAC. Segundo informações do INCRA/Sede está sendo elaborado no âmbito da Autarquia um Sistema de Cobrança do Crédito, cuja implantação não tem data definitiva, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento, não havendo previsão a curto prazo para sua operacionalização. Devido a complexidade do tema, a cobrança do crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa foram abordados em reunião ocorrida no dia 17/11/2011, no Incra/Sede. Enquanto não entrar em vigor a cobrança do crédito, suportada por aplicativo que evidencie o montante recebido, a receber e a inadimplência, não será possível estimar e registrar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, face a inexistência de série histórica evidenciando o comportamento dos valores a receber e recebidos dos assentados.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Amazonas					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	016.389/2009-8	10075/2011	9.4	RE	Aviso nº 182-Seses-TCU-1ª Câmara
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Amazonas – Incra/AM					17125
Descrição da Deliberação:					
9.4 recomendar à unidade jurisdicionada que, nas licitações que promover, examine com percuciência os documentos de habilitação e as propostas apresentadas pelos licitantes, visando identificar indícios e evidências de combinação ou de qualquer outro expediente que vise fraudar ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, caracterizados por semelhanças de forma, texto, preços, vínculos societários, laços de parentesco, entre outros aspectos, e adote medidas que entender pertinentes para coibir eventuais tentativas nesse sentido, bem como institua rotinas administrativas e procedimentais para dar estrita observância aos princípios prescritos no art. 3º da Lei 8.666/1993 e às restrições estabelecidas no art. 9º da mesma lei.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SR(15)G					17125
Síntese da providência adotada:					
Orientação aos servidores responsáveis pelas licitações da UJ quanto às recomendações do item 9.4.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os servidores da UJ, responsáveis pela realização das licitações, estão observando as prescrições legais a fim de evitar que falhas e/ou equívocos desta natureza aconteçam					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não houve ocorrência no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Não houve ocorrência no exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não houve ocorrência no exercício

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Não houve ocorrência no exercício

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Não houve ocorrência no exercício

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO AMAZONAS -		373025	
SR(15)/AM Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Manaus/AM	Data	30 /03/2012
Contador Responsável	Corina P. Medina	CRC nº	3.114/CRC/AM

17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

--- SIAFIZ011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANÇO SINTÉTICO POR ORÇAO) ---
 DADOS REFERENTES A : 01Fe2012 as 00:56 USUARIO : MEDINA
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 01
 UNIDADE GESTORA : 373025 SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

RECEITAS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA
TOTAL	0,00	0,00
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3-SAI PF4-CONGRAREL PF5-BALANCEZ PF6-REST. CONTABIL PF6-REST.
 PF7-RECDA PF8-AVANCA PF9-BALAO CONTABIL PF11-DIREITA PF12-RETORNA

--- SIAFIZ011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANÇO SINTÉTICO POR ORÇAO) ---
 DADOS REFERENTES A : 01Fe2012 as 00:56 USUARIO : MEDINA
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02
 UNIDADE GESTORA : 373025 SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	0,00	98.324.375,43
DESPESAS CORRENTES	0,00	7.364.772,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	5.306,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	7.356.865,61
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	90.959.603,39
INVESTIMENTOS	0,00	9.747.173,39
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	81.217.030,00
SUBTOTAL 1	0,00	98.324.375,43
TOTAL	0,00	98.324.375,43

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3-SAI PF4-CONGRAREL PF5-BALANCEZ PF6-REST. CONTABIL PF6-REST.
 PF7-RECDA PF8-AVANCA PF9-BALAO CONTABIL PF11-DIREITA PF12-RETORNA

--- SIAFIZ011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANÇO SINTÉTICO POR ORÇAO) ---
 DADOS REFERENTES A : 01Fe2012 as 00:56 USUARIO : MEDINA
 MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 03
 UNIDADE GESTORA : 373025 SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA
 BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
TOTAL GERAL	0,00	98.324.375,43

____ SIATF12011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANÇO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCR/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANÇO - FINANCEIRO CONF. COM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2011
 INGRESSOS 375.742.156,52
 RECEITAS CORRENTES 194.622,96
 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 194.622,96
 RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO 0,00
 DEDUCOES DA RECEITA 194.483,64
 TRANSFERENCIAS RECEBIDAS 8.671.838,06
 TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS 6.945.037,64
 SUB-REPASSE RECEBIDO 6.926.425,63
 SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC. 6.926.425,63
 VALORES DIFERIDOS - BAIXA 18.612,01
 TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS 1.726.800,42
 ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA 1.337.833,14
 TRANSFERENCIAS RECEBIDAS 1.337.833,14
 CONTINUA...
 PF1-AJUDA PF3-SAI PF4-CONGERAREL PF5-BALANCETE PF6-REST.CONTABIL
 PF8-AVANCA PF9-RAZAO CONTABIL PF11-DIREITA PF12-RETORNA

____ SIATF12011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANÇO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCR/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANÇO - FINANCEIRO CONF. COM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2011
 INGRESSOS
 TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS 388.967,28
 INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS 367.070.179,14
 VALORES EM CIRCULACAO 124.020.084,54
 RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER 124.020.084,54
 VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO 48.668,11
 VALORES DIFERIDOS 48.668,11
 OBRIGACOES EM CIRCULACAO 144.001.099,76
 FORNECEDORES 1.435.037,15
 TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR 1.435.037,15
 RESTOS A PAGAR 142.562.131,61
 NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR 97.765.194,47
 CANCELADO 44.796.937,14
 VALORES EM TRANSITO 3.931,00
 CONTINUA...
 PF1-AJUDA PF3-SAI PF4-CONGERAREL PF5-BALANCETE PF6-REST.CONTABIL
 PF7-RECUA PF8-AVANCA PF9-RAZAO CONTABIL PF11-DIREITA PF12-RETORNA

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
 BALANÇO - FINANCEIRO CONF. COM RESTRICAO

INGRESSOS	EXERCICIO
	2011
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	99.000.326,73
INCORPORACAO DE DIRRITOS	99.000.326,73
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	99.000.326,73
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,00
EXERCICIOS ANTERIORES	0,00

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3-SAI P4-CONGERAREL PF5-BALANCETE PF6-REST.CONTABIL
 PF7-RECUA PF8-AVANCA PF9-RAZAO CONTABIL PF11-DIREITA PF12-RETORNA

SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2011
 ATIVO 423.725.404,01
 ATIVO FINANCEIRO 99.264.203,90
 CREDITOS EM CIRCULACAO 99.264.203,90
 LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO 263.877,17
 RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP 99.000.326,73
 ATIVO NAO FINANCEIRO 270.214.515,32
 REALIZAVEL A CURTO PRAZO 87.268.985,42-
 CREDITOS EM CIRCULACAO 90.814.261,26-
 RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC 99.000.326,73-
 DIVERSOS RESPONSAVEIS 614.897,20
 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS 7.571.168,27
 OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO 0,00
 BENS E VALORES EM CIRCULACAO 3.545.275,84
 CONTINUA...
 PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO
 EXERCICIO
 2011
 ATIVO
 ESTOQUES 71.973,70
 TITULOS E VALORES 3.473.302,14
 REALIZAVEL A LONGO PRAZO 324.451.880,13
 CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO 324.451.880,13
 EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS 303.528.285,00
 CREDITOS A RECEBER 20.923.595,13
 PERMANENTE 33.031.620,61
 IMOBILIZADO 33.031.397,71
 BENS MOVEIS E IMOVEIS 33.218.084,51
 DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES 186.686,80-
 INTANGIVEL 222,90
 ATIVO REAL 369.478.719,22
 ATIVO COMPENSADO 54.246.684,79
 CONTINUA...
 PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPAZAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

ATIVO	EXERCICIO 2011
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	54.246.684,79
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	3.415.590,74
GARANTIAS DE VALORES	107.101,61
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	44.242.884,77
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3.682.701,54
OUTRAS COMPENSAÇÕES	2.798.406,13

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAPAZAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

PASSIVO	EXERCICIO 2011
PASSIVO	423.725.404,01
PASSIVO FINANCEIRO	99.252.830,73
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	99.204.162,62
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.435.037,15
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1.435.037,15
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	97.765.194,47
A LIQUIDAR	97.765.194,47
VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	3.931,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	48.668,11
VALORES DIFERIDOS	48.668,11
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	97.765.194,47-
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	97.765.194,47-

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAF2011-CONTABIL-DISPONIBIL-Demonstrativo (BALANCO SINTETICO POR ORCAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRAS/SR-15

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1

BALANCO - VARIAÇÃO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

VARIACOES ATIVAS		EXERCICIO
		2011
VARIACOES ATIVAS		425.739.926,53
ORCAMENTARIAS		101.236.870,10
RECEITAS CORRENTES		194.622,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		194.622,96
DEDUCOES DA RECEITA		194.463,64
INTERFERENCIAS ATIVAS		6.945.037,64
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		6.945.037,64
SUB-REPASSE RECEBIDO		6.926.425,63
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		18.612,01
MUTACOES ATIVAS		94.291.693,14
INCORPORACOES DE ATIVOS		20.016.519,96
AQUISICOES DE BENS		3.121.919,96
INCORPORACAO DE CREDITOS		16.894.600,00
		CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREI PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL

PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAF2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORCAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRAS/SR-15

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2

BALANCO - VARIAÇÃO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

VARIACOES ATIVAS		EXERCICIO
		2011
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		74.275.173,18
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		324.503.056,43
INTERFERENCIAS ATIVAS		1.901.339,40
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		174.538,98
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.337.833,14
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO		388.967,28
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		322.601.717,03
INCORPORACOES DE ATIVOS		277.213.322,29
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS		4.890.812,39
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS		10.502.713,67
INCORPORACAO DE DIREITOS		261.819.796,23
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		591.457,60
REAVALIACOES DE BENS		591.457,60
		CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREI PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRAS-BALANCI (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

	EXERCICIO
VARIACOES PASSIVAS	2011
MUTACOES PASSIVAS	1.203.088,73
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.203.088,73
ALIENACAO DE BENS	1.203.088,73
LIQUIDACAO DE CREDITOS	0,00
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	287.166.651,70
INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.011.497,87
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	250.273,27
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	372.118,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	389.106,60
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	286.155.153,83
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	185.485.486,32
BAIXA DE BENS IMOVEIS	28.017.493,70
BAIXA DE BENS MOVEIS	1.620.672,42
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 6

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

	EXERCICIO
VARIACOES PASSIVAS	2011
BAIXA DE DIREITOS	155.847.320,20
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	157.135,80
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	157.135,80
INCORPORACAO DE PASSIVOS	100.508.727,23
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.804,48
AJUSTES NAO FINANCEIROS	3.804,48
RESULTADO PATRIMONIAL	40.025.018,72
SUPERAVIT	40.025.018,72

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL

PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAF12011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

	EXERCICIO
VARIACOES ATIVAS	2011
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	44.796.937,14
DEFICIT	0,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAF12011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373025/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO AMAZONAS-INCRA/SR-15
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

	EXERCICIO
VARIACOES PASSIVAS	2011
VARIACOES PASSIVAS	425.739.926,53
ORCAMENTARIAS	98.548.256,11
DESPESAS CORRENTES	7.152.375,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.906,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.072.338,41
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	74.131,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.131,04
DESPESAS DE CAPITAL	90.144.123,30
INVESTIMENTOS	9.047.773,30
INVERSOES FINANCEIRAS	81.096.350,00
INTERFERENCIAS PASSIVAS	48.668,11
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	48.668,11
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	48.668,11

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56

USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373026/37201 - PROJETO FUNDIARIO BOCA DO ACRE

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

BALANCO - FINANCEIRO

TELA: 1

CONF. SEM RESTRICAO

INGRESSOS	EXERCICIO
	2011
INGRESSOS	6.942,48
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	3.471,24
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	3.471,24
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.471,24
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	3.471,24
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.471,24
VALORES DIFERIDOS	3.471,24

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3-SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56

USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373026/37201 - PROJETO FUNDIARIO BOCA DO ACRE

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

BALANCO - FINANCEIRO

TELA: 2

CONF. SEM RESTRICAO

DISPENDIOS	EXERCICIO
	2011
DISPENDIOS	6.942,48
OUTRAS DESPESAS	0,00
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	3.471,24
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	3.471,24
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.471,24
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	3.471,24
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.471,24
VALORES DIFERIDOS	3.471,24

PF1-AJUDA PF3-SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANCI (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373026/37201 - PROJETO FUNDIARIO BOCA DO ACRE
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

ATIVO	EXERCICIO 2011
ATIVO	1.523.708,69
ATIVO NAO FINANCEIRO	1.523.708,69
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	608.500,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	608.500,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	608.500,00
PERMANENTE	915.208,69
IMOBILIZADO	915.208,69
BENS MOVEIS E IMOVEIS	921.314,69
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	6.106,00-
ATIVO REAL	1.523.708,69

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3-SAI PF4-CONGERAREL PF5-BALANCETE
 PF8-AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373026/37201 - PROJETO FUNDIARIO BOCA DO ACRE
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

PASSIVO	EXERCICIO 2011
PASSIVO	1.523.708,69
PASSIVO FINANCEIRO	3.471,24
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.471,24
VALORES DIFERIDOS	3.471,24
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
PASSIVO REAL	3.471,24
PATRIMONIO LIQUIDO	1.520.237,45
PATRIMONIO/CAPITAL	1.447.572,24
PATRIMONIO	1.447.572,24
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.322,38-
RESULTADO DO PERIODO	73.987,59
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.523.708,69

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3-SAI P4=CONGERAREL PF5-BALANCETE
 PF7-RECUA PF8-AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

DIR 2011 CONTABILIZANDO O PATRIMONIO (PROCESSO AUTOMATIZADO POR USUARIO)

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MERINA

UG/GESTAO: 373026/37201 - PROJETO FUNDIARIO BOCA DO ACRE

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3

BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO

2011

PASSIVO

SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA 1.449.721,10-

PF1-AJUDA PF3-SAL PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373026/37201 - PROJETO FUNDIARIO BOCA DO ACRE
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
VARIACOES ATIVAS	2011
VARIACOES ATIVAS	257.099,65
ORCAMENTARIAS	3.471,24
INTERFERENCIAS ATIVAS	3.471,24
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.471,24
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.471,24
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	253.628,41
INTERFERENCIAS ATIVAS	23.243,40
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	23.243,40
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	230.385,01
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	230.385,01
REAVALIACOES DE BENS	230.385,01
DEFICIT	0,00

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373026/37201 - PROJETO FUNDIARIO BOCA DO ACRE
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
VARIACOES PASSIVAS	2011
VARIACOES PASSIVAS	257.099,65
ORCAMENTARIAS	169.599,82
INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.471,24
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.471,24
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.471,24
MUTACOES PASSIVAS	166.128,58
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	166.128,58
ALIENACAO DE BENS	166.128,58
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	13.512,24
INTERFERENCIAS PASSIVAS	8.728,62
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	8.728,62
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.783,62
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	4.783,62

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECVA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

31/12/2011 CONTABILIZACAO DEBETIVA (VARIACAO DEBITADA POR ORCÃO)

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373026/37201 - PROJETO FUNDIARIO BOCA DO ACRE

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
VARIACOES PASSIVAS	2011
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	4.783,62
RESULTADO PATRIMONIAL	73.987,59
SUPERAVIT	73.987,59

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI 2011-CONTABIL-DEMONSTRAS-DEBANCINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56

USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373027/37201 - PROJETO FUNDIARIO HUMAITA - AM

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

TELA: 1

BALANCO - FINANCEIRO

CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
	2011
INGRESSOS	8.131,54
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	8.131,54
VALORES EM CIRCULACAO	4.065,77
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	4.065,77
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	4.065,77
INCORPORACAO DE DIREITOS	4.065,77
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.065,77

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56

USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373027/37201 - PROJETO FUNDIARIO HUMAITA - AM

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

TELA: 2

BALANCO - FINANCEIRO

CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
	2011
DISPENDIOS	8.131,54
OUTRAS DESPESAS	0,00
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	8.131,54
VALORES EM CIRCULACAO	4.065,77
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	4.065,77
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	4.065,77
BAIXA DE DIREITOS	4.065,77
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.065,77

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIÁFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373027/37201 - PROJETO FUNDIARIO HUMAITA - AM.

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1

BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO	
2011	
ATIVO	1.763.967,24
ATIVO FINANCEIRO	4.065,77
CREDITOS EM CIRCULACAO	4.065,77
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	4.065,77
ATIVO NAO FINANCEIRO	1.759.901,47
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.065,77-
CREDITOS EM CIRCULACAO	4.065,77-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	4.065,77-
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	225.026,87
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	225.026,87
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	225.026,87
PERMANENTE	1.538.940,37
IMOBILIZADO	1.538.940,37

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREI PF5=BALANCETE

PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIÁFI2011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373027/37201 - PROJETO FUNDIARIO HUMAITA - AM.

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2

BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO	
2011	
BENS MOVEIS E IMOVEIS	1.552.649,26
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	13.708,89-
ATIVO REAL	1.763.967,24

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREI PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56

USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373027/37201 - PROJETO FUNDIARIO HUMAITA - AM

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

TELA: 3

BALANCO - PATRIMONIAL

CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO

2011

PASSIVO	
PASSIVO	1.763.967,24
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.763.967,24
PATRIMONIO/CAPITAL	1.521.907,24
PATRIMONIO	1.521.907,24
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.457,19-
RESULTADO DO PERIODO	243.517,19
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.763.967,24
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	1.520.450,05-

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373027/37201 - PROJETO FUNDIARIO HUMAITA - AM
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL

TELA: 1
 CONF. SEM RESTRICAO

VARIACOES ATIVAS		EXERCICIO
		2011
VARIACOES ATIVAS		453.361,06
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		453.361,06
INTERFERENCIAS ATIVAS		172.532,49
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		172.532,49
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		280.828,57
INCORPORACOES DE ATIVOS		8.131,54
INCORPORACAO DE DIREITOS		8.131,54
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		272.697,03
REAVALIACOES DE BENS		272.697,03
DEFICIT		0,00

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373027/37201 - PROJETO FUNDIARIO HUMAITA - AM
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL

TELA: 2
 CONF. SEM RESTRICAO

VARIACOES PASSIVAS		EXERCICIO
		2011
VARIACOES PASSIVAS		453.361,06
ORCAMENTARIAS		40.452,53
MUTACOES PASSIVAS		40.452,53
DESINCORPORACOES DE ATIVOS		40.452,53
ALIENACAO DE BENS		40.452,53
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		169.391,34
INTERFERENCIAS PASSIVAS		149.008,00
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO		149.008,00
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		20.383,34
DESINCORPORACOES DE ATIVOS		8.131,54
BAIXA DE DIREITOS		8.131,54
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		12.251,80
DESVALORIZACAO DE BENS		0,10

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56

USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

TELA: 1

BALANCO - FINANCEIRO

CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
	2011
INGRESSOS	1.074,86
RECRITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	537,43
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	537,43
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	537,43
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	537,43
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	537,43
VALORES DIFERIDOS	537,43

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56

USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

TELA: 2

BALANCO - FINANCEIRO

CONF. SEM RESTRICAO

	EXERCICIO
	2011
DISPENDIOS	1.074,86
OUTRAS DESPESAS	0,00
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	537,43
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	537,43
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	537,43
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	537,43
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	537,43
VALORES DIFERIDOS	537,43

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAF12011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

INGRESSOS	EXERCICIO
	2011
INGRESSOS	1.074,86
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	537,43
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	537,43
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	537,43
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	537,43
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	537,43
VALORES DIFERIDOS	537,43

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAF12011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

DISPENDIOS	EXERCICIO
	2011
DISPENDIOS	1.074,86
OUTRAS DESPESAS	0,00
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	537,43
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	537,43
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	537,43
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	537,43
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	537,43
VALORES DIFERIDOS	537,43

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAF12011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

INGRESSOS	EXERCICIO
INGRESSOS	2011
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.074,86
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	537,43
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	537,43
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	537,43
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	537,43
VALORES DIFERIDOS	537,43

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ SIAF12011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) _____
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - FINANCEIRO CONF. SEM RESTRICAO

DISPENDIOS	EXERCICIO
DISPENDIOS	2011
OUTRAS DESPESAS	1.074,86
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	537,43
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	537,43
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	537,43
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	537,43
VALORES DIFERIDOS	537,43

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAP12011-CONTABIL-DEMONSTRABALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

ATIVO	EXERCICIO
	2011
ATIVO	162.166,80
ATIVO NAO FINANCEIRO	162.166,80
PERMANENTE	162.166,80
IMOBILIZADO	162.166,80
BENS MOVEIS E IMOVEIS	163.829,13
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	1.662,33-
ATIVO REAL	162.166,80

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAP12011-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

PASSIVO	EXERCICIO
	2011
PASSIVO	162.166,80
PASSIVO FINANCEIRO	537,43
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	537,43
VALORES DIFERIDOS	537,43
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
PASSIVO REAL	537,43
PATRIMONIO LIQUIDO	161.629,37
PATRIMONIO/CAPITAL	174.701,80
PATRIMONIO	174.701,80
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	189,63-
RESULTADO DO PERIODO	12.882,80-
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	162.166,80

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7-RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

____ BALANÇO CONTÁBIL - DEMONSTRATIVO DE PASSIVO (DABANCO PATRIMONIAL POR GRUPO) _____

POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56

USUARIO : MEDINA

UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

TELA: 3

BALANCO - PATRIMONIAL

CONF. SEM RESTRICAO

EXERCICIO

2011

PASSIVO
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA

175.049,60-

PF1-AJUDA PF3-SAI PF4-CONGERAREL PF5-BALANCETE

PF7-RECUA PF9-RAZAO CONTABIL PF11-DIREITA PF12-RETORNA

SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

VARIACOES ATIVAS		EXERCICIO
		2011
VARIACOES ATIVAS		17.708,21
ORCAMENTARIAS		537,43
INTERFERENCIAS ATIVAS		537,43
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		537,43
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		537,43
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		4.287,98
INTERFERENCIAS ATIVAS		4.287,98
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		4.287,98
RESULTADO PATRIMONIAL		12.882,80
DEFICIT		12.882,80

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

SIAFI2011-CONTABIL-DEMONSTR-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)
 POSICAO ATE: 01Fev2012 AS 00:56 USUARIO : MEDINA
 UG/GESTAO: 373028/37201 - PROJETO FUNDIARIO MEDIO MADEIRA-BORBA/AM
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. SEM RESTRICAO

VARIACOES PASSIVAS		EXERCICIO
		2011
VARIACOES PASSIVAS		17.708,21
ORCAMENTARIAS		16.235,51
INTERFERENCIAS PASSIVAS		537,43
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		537,43
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		537,43
MUTACOES PASSIVAS		15.698,08
DESINCORPORACOES DE ATIVOS		15.698,08
ALIENACAO DE BENS		15.698,08
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		1.472,70
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		1.472,70
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		1.472,70
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		1.472,70
RESULTADO PATRIMONIAL		0,00

CONTINUA...

PF1-AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
 PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE
PF7=RECUB PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

Notas explicativas:

1. Não se aplicar fluxo de caixa, em virtude de utilizamos a Conta Crédito disponível.
2. Está em elaboração no âmbito da Autarquia o **SICCI** – Sistema de Cobrança do Crédito, cuja implantação ainda não possui data definida, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento, não havendo previsão em curto prazo para sua operacionalização. A partir da entrada em funcionamento do software, os dados referentes aos créditos recebidos pelos parceiros serão alimentados no sistema, sendo em seguida iniciado o processo de envio da **GRU – Guia de Recolhimento da União**, destinada ao recebimento dos valores devidos pelos beneficiários.

Dado à complexidade do tema, a cobrança do crédito e a provisão para crédito de liquidação duvidosa, foram abordados em reunião ocorrida no dia 17 de novembro de 2011, na Sede desta Autarquia, a qual contou com a participação de servidores da Diretoria de Gestão Administrativa, Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria Interna, além de técnicos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. Na oportunidade foi apresentada a situação atual do desenvolvimento do **SICCI**, da cobrança do crédito, bem como os demais esforços empreendidos para sanear com a maior brevidade possível as recomendações dos referidos Órgãos de Controle, inclusive as dificuldades para registrar a provisão.

Enquanto não entrar em vigor a cobrança do crédito, suportada por aplicativo que evidencie o montante recebido, a receber e a inadimplência, não será possível estimar e registrar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, face à inexistência de série histórica evidenciando o comportamento dos valores a receber e recebidos dos assentados.

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

A Portaria/Incra/P/ nº12/2006, em seu art. 1º determina que as Superintendências Regionais adotem as medidas administrativas necessárias à convocação, por meio de intimação, do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor a qualquer título de imóveis rurais que *ainda não tenham atendido às exigências contidas nas Portarias nºs 558, de 1999, 596, de 2001 e 835, de 2004*, para que apresentem cumulativamente, no prazo de 90 (noventa) dias os seguintes documentos: (...)

Como já relatado no Relatório de Gestão do exercício de 2010, os detentores que não atenderam a notificação, não foram intimados pela segunda vez, como determina a mencionada Portaria.

No Relatório de Gestão do exercício de 2010, também constou informação de que os proprietários que não atenderam a notificação, deveu-se em grande parte às Correições Extraordinárias realizadas no ano de 2001 por Comissão de Correição do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em parceria com a Procuradoria Jurídica do INCRA/AM.

Em razão do resultado dessas correições, a Fiscalização Cadastral da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, procedeu ao cancelamento de cadastro de imóveis rurais.

Com relação aos itens solicitados, temos as seguintes informações:

- a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;

Esta Superintendência procedeu os trabalhos de cancelamento de cadastro de imóveis rurais, que tiveram como origem o cancelamento dos registros de imóveis, com base no *“Relatório das Correições Extraordinárias nos Registros de Terras Rurais no Estado do Amazonas”, de autoria da Desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça Lima, publicado pela Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, no ano de 2002, com 443 páginas”*.

No item “d” a seguir estamos apresentando relação de cadastros de imóveis rurais cancelados, e com conseqüente cancelamento do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, contendo a indicação dos motivos de cancelamento.

Nesta relação, são destacados também os cadastros cancelados em decorrência do cancelamento de Registro.

(b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;

Quanto a este item, procedeu-se o requerimento das informações a Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA – SR(15)AM, nos sendo informado “*que a representação judicial do INCRA relacionada as questões agrárias foi transferida para a Procuradoria Federal no Estado do Amazonas, que se for o caso acionará a Justiça Federal*”.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;

As situações de irregularidades estão detalhadas no “*Relatório das Correições Extraordinárias nos Registros de Terras Rurais no Estado do Amazonas*”, de autoria da Desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça Lima, publicado pela Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, no ano de 2002, com 443 páginas.

- d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;

IMÓVEIS RURAIS COM CADASTROS CANCELADOS (PORTARIA 596/2001)					
<u>CÓD. IMÓVEL</u>	<u>PROPRIETÁRIO</u>	<u>NOME DO IMÓVEL</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>ÁREA</u>	<u>MOTIVO DO CANCELAMENTO</u>
023027.010251-0	ACRESUL S/A EMPREENDIMENTO IMOBILI.	BOA ESPERANÇA PEDRAS E OUTROS	CANUTAMA	7.269,80	PROV.42/2001-CGJ
023027.010260-9	ACRESUL S/A EMPREENDIMENTO IMOBILI.	SANTA CRUZ I	CANUTAMA	7.191,40	PROV. 40/2000
023027.011169-1	AMAZONACRE AGRO PEC IND E COM E R	COCO TORRAN	CANUTAMA	5.000,00	PROV.07/2001-CGJ
902012.151173-1	ANGELO HERNANDES PARRAS	FAZENDA CAMBARA	HUMAITÁ	9.152,50	MEMO/INCRA/UAH/006/2005
902012.151017-4	ANGELO HERNANDES PARRAS	FAZENDA CAMBIRA	HUMAITÁ	9.617,50	MEMO/INCRA/UAH/006/2005
901075.106909-8	ANTONIO FERREIRA DOS REIS	MARIPUA	PAUINI	9.000,00	PROV.18/2001/CGJ
901075.106879-2	ARSENIO SANTOS DA COSTA	MARIPUA	PAUINI	5.000,00	PROV.18/2001/CGJ
000019.056740-0	CARLOS HENRIQUE DABUS	LT 04 PF HUMAITÁ	CANUTAMA	7.500,00	PROV.02/2001-CGJ
000019.056715-0	CARLOS HENRIQUE DABUS	LT 03 PF HUMAITÁ	CANUTAMA	7.500,00	PROV.29/2001-CGJ
000019.056685-4	CARLOS HENRIQUE DABUS	LT 02 PF HUMAITÁ	CANUTAMA	7.500,00	PROV.29/2001-CGJ
000019.056650-1	CARLOS HENRIQUE DABUS	LT 01 PF HUMAITÁ	CANUTAMA	7.500,00	PROV.29/2001-CGJ
001163.108650-2	COSMO LEOSIA	SETE DE SETEMBRO	CANUTAMA	5.250,00	PROV.32/2001-CGJ
901075.084794-1	DANILO ALVES CORREA	LOTE 9 B - GLEBA MARIPUÁ	PAUINI	5.000,00	PROV.18/2001-CGJ
902012.150975-3	DIMAS CARVALHO MARQUES	FAZENDA CORAL	HUMAITÁ	8.900,00	MEMO/INCRA/UAH/006/2005
INCLUSAO	ECOMEX INDÚSTRIA COMERCIO IMPORT.	PALHAL 05	CANUTAMA	9.797,30	PROV.06/2001-CGJ
000019.010936-4	ECOMEX INDÚSTRIA COMERCIO IMPORT.	PALHAL 05	CANUTAMA	9.797,30	PROV.06/2001-CGJ
902012.150410-7	EZEQUIAS ALVES DE OLIVEIRA	FAZENDA SANTA CATARINA	HUMAITÁ	5.413,50	MEMO/INCRA/UAH/006/2005
023027.011100-4	FALB SARAIVA DE FARIAS	SERINGAL PALHAL	CANUTAMA	5.000,00	PROV.06/2001-CGJ
023043.003573-3	FELIX BALANIUC	FAZENDA INDEPENDENCIA	PAUINI	8.000,00	PROV.11/2001-CGJ
023019.014451-3	FRANCISCO JOSÉ SANTORO	FAZENDA ARARAQUARA DO PU	BOCA DO ACRE	7.000,00	CERT.CART.REG.
023019.019720-0	GISELA ROCHA GOTTARDI	FAZENDA ARAÇATUBA	BOCA DO ACRE	5.000,00	PROV.002/2001-CGJ
901075.061760-1	HELICIO HEROS ALVES FAGUNDES	SERINGAL TACAQUIRI	PAUINI	9.000,00	CERT.CART.REG.

901075.084778-0	HERMES ARAUJO BARROS	LOTE 29	PAUINI	5.000,00	PROV.18/2001 CGJ
901075.106895-4	IVO JOÃO ZIMER	MARIPUA	PAUINI	6.000,00	PROV.18/2001-CGJ
902012.151050-6	JAIR BALSANELLI	FAZENDA CAMPO BELO	HUMAITÁ	5.360,60	MEMO/INCRA/UAH/006/2005
913014.034444-7	JANIO FERREIRA BONFIN	FAZENDA SERRA VERDE	PAUINI	5.000,00	CERT.CART.REG.
901075.106941-1	KADRU SUZUKI	MARIPUA	PAUINI	5.000,00	PROV.18/2001-CGJ
902012.151092-1	LUIZ APARECIDO CARDOSO RIBEIRO	FAZENDA SÃO JORGE	HUMAITÁ	7.636,20	MEMO/INCRA/UAH/006/2005
902012.151130-8	LUIZ APARECIDO CARDOSO RIBEIRO	FAZENDA MARIALVA	HUMAITÁ	9.664,90	MEMO/INCRA/UAH/006/2005
023019.004880-8	LUIZ FERNANDO ROCHA GOTTARDI	FAZENDA BRASIL NOVO	BOCA DO ACRE	5.000,00	PROV.02/2001-CGJ
023027.011231-0	MARCO ANTONIO DA SILVEIRA	SERIGAL PALHA	CANUTAMA	5.000,00	PROV.06/2001-CGJ
901075.084808-5	MARCO ANTONIO RIBEIRO MOREIRA	LOTE 9 A	PAUINI	5.000,00	PROV.18/2001-CGJ
023019.019607-6	MIGUEL PERES	FAZENDA SOL NASCENTE	BOCA DO ACRE	8.239,60	CERT.NEGATIVA.CART.
901075.106833-0	NATANAEL RIBEIRO CINTRA	MARIPUA	PAUINI	5.000,00	PROV.18/2001-CGJ
023019.007404-3	OTILIA TEIXEIRA GOES	SERIGAL VALPARAISO	BOCA DO ACRE	7.000,00	CERT.NEGATIVA.CART.
902012.150371-2	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA SOUZA	FAZENDA MATA MATA	HUMAITÁ	9.045,30	MEMO/INCRA/UAH/006/2005
023019.019712-9	PAULO SERGIO ROCHA GOTTARDI	FAZENDA CANA BRAVA	BOCA DO ACRE	5.000,00	PROV.02/2001-CGJ 2005
901075.106917-9	PEDRO PETINARI	MARIPUA	PAUINI	5.000,00	PROV.18/2001-CGJ
901075.084816-6	RAIMUNDO CORDEIRO SOBRINHO	LOTE 4	PAUNI	5.000,00	PROV.18/2001-CGJ
023019.004782-2	RAUL RENATO GOMES GUIMARÃES	GLEBA MUTUM	BOCA DO ACRE	5.160,00	CERT.NEGATIVA.CART.
901075.084760-7	RONEY DE LIMA MACHADO	LOTE 10	PAUNI	5.000,00	PROV.18/2001-CGJ
023027.010200-5	RUBENS NETTO RUIVO	FAZENDA RUIVO	CANUTAMA	8.360,00	PROV.06/2001-CGJ
023035.011991-0	SILVIA SCMES	GLEBA SILVIA SCMES	LÁBREA	9.680,00	PROV.131/2001-CGJ
012033.025976-6	THEODORICO GOMES DE LIMA	SERIGAL SÃO FRANCISCO	PAUNI	5.365,00	CERT.CART.REG.
901075.084824-7	WILSON CORDEIRO E SILVA	LOTE 6	PAUINI	5.000,00	PROV.18/2001-CGJ

IMÓVEIS RURAIS COM CADASTRO CANCELADO (PORTARIA 558/1999)					
023043.003328-5	ABDALLA GEORGES SLEIMAN	GLEBA SAPERIA	PAUNI	70.682,80	PROV.11/2001-CGJ
023043.011037-9	ABEL RODRIGUES ALVES	GLEBA SAPERIA	PAUNI	70.682,80	PROV.11/2001-CGJ
023027.010219-6	ACRESUL S/A EMPRENDIMENTO IMOBILI	SÃO CARLOS SÃO PEDRO E OU	CANUTAMA	24.914,00	PROV.28/2001 CGJ
023027.010243/9	ACRESUL S/A EMPRENDIMENTO IMOBILI	GUARARAPES	CANUTAMA	107.785,00	PROV.003/2001-CGJ
023027.010235-8	ACRESUL S/A EMPRENDIMENTO IMOBILI	PALMARES	CANUTAMA	68.527,10	PROV.004/2001-CGJ

012025.104906-3	ADALBERTO CORDEIRO E SILVA	SERINGAIS SÃO FRANCISCO AR.	BOCA DO ACRE	31.178,30	PROV.008/2001-CGJ
023043.005665-0	ADALBERTO CORDEIRO E SILVA	FAZENDA BOA VISTA	PAUNI	15.440,00	PROV.004/2001-CGJ
021016.003506-9	AGROPALM INDUSTRIA E COMERCIO DE A	ARENA DO CENTRO	ATALAIA DO NORTE	34.037,00	PORT.555/09
027200.000191-0	AGROPECUARIA ESTEIO AS	AGROPECUARIA ESTEIO AS	RIO PRETO DA EVA	15.000,00	N ATEND. NOTIF
814016.018740-0	AGROPECUARIA ITAUBA E INDUSTRIA E CO	PARTE SERINGAL VERTENTES	ENVIRA	15.000,00	PROV.03/2001-CGJ
024040.024805-3	AGROPECUARIA PINHAL LTDA	FAZENDA LISBOA	NOVO ARIPUANÃ	27.880,00	PROV.12/2001-CGJ
027200.000183-0	AGROPECUARIA PORTO ALEGRE	AGROPECUARIA PORTO ALEGRE	RIO PRETO DA EVA	15.000,00	PORT.558/99
929107.101800-5	AGROPECUARIA RIO GUARIBA LTDA	FAZENDA RIO GUARIBA	APUÍ	120.880,00	PROV.12/2001-CGJ
901105.110868-4	ALFREDO MONTEIRO	FAZENDA MONTEIRO	NOVO ARIPUANÃ	40.000,00	PROV.12/2001-CGJ
025038.012556-7	ALOYS KREBS VON ERMLANS	FAZ TECH FARM GUARIBA AGR	NOVO ARIPUANÃ	21.343,00	PROV.12/2001-CGJ
024040.025836-9	ALOYS KREBS VON ERMLANS	FAZ MADEIRALANDIA DO RIO PA	NOVO ARIPUANÃ	20.654,00	PROV.12/2001-CGJ
023027.010278-1	AMAZONACRE AGRO PEC. IND. E COM. E R.	SERINGAL NOVO DESTINO	CANUTAMA	127.000,00	PROV.07/2001-CGJ
023027.011177-2	AMAZONACRE AGRO PEC. IND. E COM. E R.	PAJEU DE FLORES	CANUTAMA	30.000,00	PROV.02/2001-CGJ
023027.011185-3	AMAZONACRE AGRO PEC. IND. E COM. E R.	TRIUNFO	CANUTAMA	30.000,00	PROV.06/2001-CGJ
023027.008419-8	AMAZONACRE AGRO PEC. IND. E COM. E R.	SERINGAL PALHAL	CANUTAMA	110.000,00	PROV.07/2001-CGJ
000019.461628-7	ANA MARIA CARRIJO MACHADO	FAZENDA CRISTIANE	NOVO ARIPUANÃ	49.897,20	NOTIFICADO
860026.173240-4	ANGELO ROBERTO LINHARES PACHECO	FAZENDA PACHECO	NOVO ARIPUANÃ	20.000,00	PROV.12/2008-CGJ
901474.013420-9	ANTONIO BIGNARDI	FAZENDA NOSSA SENHORA AP.	NOVO ARIPUANÃ	130.680,00	PROV.12/2001-CGJ
012025.103578-0	ANTONIO PEREIRA ARAUJO	PARTE DO SERINGAL JERUSAL	LÁBREA	15.000,00	SOBRESTADO
906085.017183-7	ANTONIO VANSAN PEROTI	FAZENDA ITUA	CANUTAMA	24.000,00	PROV.39/2001-CGJ
022055.001376-2	APLUB AGRO FLORESTAL S/A	SANTA ROSA III	JURUÁ	384.889,70	ENCERRADO
021040.002372-1	APLUB AGRO FLORESTAL S/A	SÃO LUIZ III	JUTAÍ	131.361,20	ENCERRADO
021040.002348-9	APLUB AGRO FLORESTAL S/A	SEGREDO	JUTAÍ	142.989,00	ENCERRADO
021040.001791-8	APLUB AGRO FLORESTAL S/A	CASTANHEIRAS	JUTAÍ	17.038,60	REANÁLISE
021040.001856-6	APLUB AGRO FLORESTAL S/A	SEM DENOMINAÇÃO	JUTAÍ	19.186,40	SOBRESTADO
022055.271306-0	ARILO CLAUDIO DIAS	JOANICO	JURUÁ	23.483,90	SOBRESTADO
024040.018082-3	ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI BSGI	BSGI	NOVO ARIPUANÃ	21.536,00	DILIGÊNCIA
027200.102156-7	ASUN COMERCIO DE GENEROS ALIMENTI	PARTE DO SERINGAL 1 DE JAN	CANUTAMA	20.000,00	PROV.24/2001-CGJ
027200.102164-8	ASUN COMERCIO DE GENEROS ALIMENTI	SERINGAL 1 DE JANEIRO E OUT	CANUTAMA	18.000,00	PROV.24/2001-CGJ
023026.021490-1	BANCO DA AMAZONIA S/A	NOVA VIDA II	COARI	10.720,00	INEXISTENCIA DE CGJ
443034.019658-8	BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	IGARAPÉ PRETO	COARI	10.000,00	INEXISTENCIA DE CGJ

	S/A				
443034.019739-8	BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A	REPARTIMENTO II	COARI	10.000,00	INEXISTENCIA DE CGJ
024023.033235-6	CAPEHOLD PARTICIPAÇÕES S/A	FAZENDA BELA VISTA	NOVO ARIPUANÃ	10.000,00	PROV.12/2001-CGJ
023035.008460-1	CEZAR FERNANDO PILATTI	FAZENDA CURUQUETE	LÁBREA	10.000,00	PROV.13/2001-CGJ
023027.011088-1	CITRAL TRANSPORTE E TURISMO	SERINGAL PALHAL	CANUTAMA	20.000,00	PROV.06/2001-CGJ
025038.012564-8	COLONIZADORA RORAIMA AGRO INDUST	FAZENDA DIVISA	APUÍ	19.017,00	PROV. 12/2001-CGJ
024040.025828-8	COLONIZADORA RORAIMA AGRO INDUST	FAZENDA BEIRA DE MATO GRO	APUÍ	20.866,00	PROV.12/2001-CGJ
024040.025860-1	COLONIZADORA RORAIMA AGRO INDUST	FAZENDA CORAISA III	NOVO ARIPUANÃ	41.875,00	PROV.12/2001-CGJ
024040.025852-0	COLONIZADORA RORAIMA AGRO INDUST	FAZENDA CORAISA II	NOVO ARIPUANÃ	46.687,00	PROV.12/2001-CGJ
024040.025879-2	COLONIZADORA RORAIMA AGRO INDUST	FAZENDA CORAISA I	NOVO ARIPUANÃ	47.775,00	PROV.12/2001-CGJ
024031.017230-9	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRATORES	GLEBA SÃO CARLOS	MANICORÉ	15.600,00	SOBRESTADO
901130.229610-8	DANIEL ADMONI	SERINGAL JUARIMA	APUÍ	50.000,00	REGISTRO
025020.012688-9	DAY SHOP SUPERMERCADO LTDA	SERINGAL PALHA GLEBA 4	CANUTAMA	20.161,00	PROV.06/2001-CGJ
023019.003476-9	DETLEF ANDREAS MANFRED PETERS	BOA VISTA CAQUETA MACAPA	BOCA DO ACRE	19.237,00	INSERIDO PARCIALMENTE T. UNIÃO
901075.106860-1	DURVAL RUBINI MARSUR	MARIPUA	PAUNI	10.000,00	PROV.18/2001-CGJ
000019.010952-6	ECOMEX INDUSTRRIA S.A COM. IMP. E EXPO.	PALHAL 03	CANUTAMA	18.443,50	PROV.06/2001-CGJ
000019.010944-5	ECOMEX INDUSTRRIA S.A COM. IMP. E EXPO.	PALHAL 04	CANUTAMA	17.818,40	PROV.06/2001-CGJ
000019.010910-0	ECOMEX INDUSTRRIA S.A COM. IMP. E EXPO.	PALHAL 07	CANUTAMA	14.249,10	PROV.06/2001-CGJ
000019.010928-3	ECOMEX INDUSTRRIA S.A COM. IMP. E EXPO.	PALHAL 06	CANUTAMA	14.980,90	PROV.06/2001-CGJ
000019.010987-9	ECOMEX INDUSTRRIA S.A COM. IMP. E EXPO.	PALHAL 08	CANUTAMA	18.426,10	PROV.06/2001-CGJ
000019.010960-7	ECOMEX INDUSTRRIA S.A COM. IMP. E EXPO.	PALHAL 01	CANUTAMA	18.062,40	PROV.06/2001-CGJ
000019.010979-8	ECOMEX INDUSTRRIA S.A COM. IMP. E EXPO.	PALHAL 2	CANUTAMA	18.222,00	PROV.06/2001-CGJ
023043.010677-0	ECOMEX INDUSTRRIA S.A COM. IMP. E EXPO.	IPIRANGA	PAUNI	249.154,00	PROV.11/2001-CGJ
022020.005770-8	EDILSON MARTINS DE ALENCAR	PALESTINA	CARAUARI	11.480,00	REG. COMARCA INDEVIDA
022080.000175-7	EDOEL JOSE FERREIA ALVES	SERINGAL AURORA II	ITAMARATI	15.000	PROV.08/2001-CGJ
023027.286710-6	ELMAR JUPETER ZANATT	SERINGAL PALHAL PARTE	CANUTAMA	10.000,00	PROV.06/2001-CGJ
023027.011150-0	EMPA S/A AGROINDUSTRIAL IMPORTADO	PALHAL	CANUTAMA	30.000,00	PROV.06/2001-CGJ
023027.011240-0	ERICO LUIZ DA SILVEIRA	SERINGAL PALHAL	CANUTAMA	25.000,00	PROV.06/2001-CGJ
023027.010227-7	FALB SAIVA DE FARIAS	JADIBARU	CANUTAMA	104.449,10	PROV.05/2001-CGJ
023027.011118-7	FALB SAIVA DE FARIAS	SÃO JOSE	CANUTAMA	23.657,80	PROV.23/2011-CGJ

023027.011096-2	FALB SAIVA DE FARIAS	SERINGAL PALHAI	CANUTAMA	10.000,00	PROV.02/2001-CGJ
023027.011215-9	FLORIDA AS REFLORESTAMENTO E PRES	SERINGAL NOVO DESTINO	CANUTAMA	151.280,60	PROV.07/2001-CGJ
023027.011207-8	FLORIDA AS REFLORESTAMENTO E PRES	SERINGAL PALHAL	CANUTAMA	97.152,30	PROV.06/2001-CGJ
023043.001105-0	FRANCISCO DAS CHAGAS DE FARIAS	SERINGAL IPIRANGA	PAUINI	630.846,00	PROV.11/2001-CGJ
023035.291196-3	FRANCISCO DE SOUZA FARIAS	SERINGAL REPUBLICA	LÁBREA	147.171,00	PROV.14/2006-CGJ
024040.025844-0	FRANZ KREBS VON ERMLAND JR	FAZENDO DO CASTANHAL DO P	APUÍ	23.157,00	PROV.12/2001-CGJ
025038.012548-6	FRANZ KREBS VON ERMLAND JR	FAZ MADEIRALANDIA DO RIO G	APUÍ	19.986,00	PROV.12/2001-CGJ
INCLUSÃO	FRIGORIFICO ARAPUTANGA S/A	FAZENDA ITUA	CANUTAMA	70.420,00	PROV.39/2001-CGJ
023027.011223-0	FUNDAÇÃO AMAZONAS FOREVER GREEN	PARTE DO SERINGAL NOVO DE	CANUTAMA	104.000,00	PROV.07/2001-CGJ
021040.009237-5	GEOCONSUL MINERAÇÃO LTDA	SERINGAL AGUIA	EINUREPE	128.328,20	PROV.02/2001-CGJ
023043.290793-2	GLAUCO BRUNINI MARCONDES	FAZENDA SOBRADINHO	LÁBREA	43.164,00	CERTIDÃO CARTÓRIO INEXISTE REGISTRO
941018.130257-3	GUILHERME SHLOBACH SALVAGNI	PATRIMONIO NATURAL	CANUTAMA	26.000,00	PROV. 13/2001-CGJ
023019.019097-3	HAMILTON LESSA COELHO	PARTE IDEAL DA GLEBA INAUHI	BOCA DO ACRE	31.187,40	PROV.16/2001-CGJ
023043.005630-7	HAMILTON LESSA COELHO	FAZENDA SERRA AZUL	PAUINI	30.000,00	PROV.11/2001-CGJ
023043.005649-8	HAMILTON LESSA COELHO	FAZENDA OURO VERDE E LIBER.	PAUINI	52.000,00	PROV.11/2001-CGJ
INCLUSÃO	HELIO RODRIGUES DA LUZ FILHO	FAZENDA AMAZONIA	NOVO ARIPUANÃ	100.000,00	PROV.05/2001-CGJ
INCLUSÃO	HELIO RODRIGUES DA LUZ FILHO	FAZENDA GUARIBA	NOVO ARIPUANÃ	43.640,00	PROV.05/2001-CGJ
INCLUSÃO	HELIO RODRIGUES DA LUZ FILHO	FAZENDA PRECIOSA	NOVO ARIPUANÃ	100.000,00	PROV.05/2001-CGJ
863033.021130-2	INDUSTRIAL MADEIREIRA DO PARA LTDA	FAZ PORTO ALEGRE	NOVO ARIPUANÃ	164.560,00	PROV.12/2001-CGJ
906085.010782-5	IVAN MARINHO COELHO	FAZENDA LISBOA	NOVO ARIPUANÃ	130.680,00	PROV.12/2001-CGJ
023027.011266-3	IVOLIN MONTAVANI	CUPUZAL	CANUTAMA	30.000,00	PROV.08/2001-CGJ
027081.061557-2	JAPURA ADMINISTRADORA E COMERCIAL	BOCA DO PACU	MAUÉS	10.000,00	POSSE P/ SIMPLES
027081.278793-1	JAPURA ADMINISTRADORA E COMERCIAL	PRAIA ROSA	MAUÉS	10.000,00	OCUPAÇÃO. Ñ HÁ
027081.061565-3	JAPURA ADMINISTRADORA E COMERCIAL	CACHOEIRINHA	MAUÉS	10.000,00	PROCESSO
INCLUSÃO	JOÃO BALSANELLI SOBRINHO	FAZENDA LISBOA	NOVO ARIPUANÃ	164.560,00	PROV.12/2001-CGJ
023035.016632-2	JOÃO VIEIRA LINS	FAMILIA MONTE LIBANO	LÁBREA	13.498,00	PROV.13/2001-CGJ
023019.002070-9	JOAQUIM VICENTE PRATA CUNHA	FAZENDA PROVIDENCIA	BOCA DO ACRE	35.410,00	PROV.15/2001-CGJ
INCLUSÃO	JOSE ALMIRO BIHL E OUTRA	MARINGÁ	NOVO ARIPUANÃ	20.000,00	PROV.02/2001-CGJ
901474.013390-3	JOSE ANTONIO MONTEFELTRO	FAZENDA ANGELA	NOVO ARIPUANÃ	130.680,00	PROV.12/2001-CGJ
012025.097594-0	JOSE ANTONIO SALLAS MOLINA	GLEBA NOVO MACAPA	BOCA DO ACRE	16.576,00	PROV.10/2001-CGJ
023027.007307-2	JOSE CARLOS MOURÃO	FAZENDA SANTA ROSA	CANUTAMA	10.000,00	J. FEDERAL 2ª VARA
023043.003611-0	JOSE CORDEIRO E SILVA	FAZENDA MARIPUA	PAUINI	50.000,00	PROV.02/2001-CGJ
901075.061808-0	JOSE CORDEIRO E SILVA	CANTA GALO	PAUINI	10.869,00	PROV.05/2001-CGJ
626015.011363-0	JOSE DE LORENZO MESSINA	SEM DENOMINAÇÃO	NOVO ARIPUANÃ	12.000,00	PROV.12/2001-CGJ

901474.013455-1	JOSE MONTEFELTRO	FAZENDA SÃO JOSÉ	NOVO ARIPUANÃ	130.680,00	PROV.12/2001-CGJ
022020.005843-7	JOSEMAR RUFINO DE OLIVEIRA	AQUIDABAM PARTE	EINUREPE	11.687,80	ENCERRADO
012025.097586-0	JOSUE ALEXANDRE DE OLIVEIRA	GLEBA SÃO JACÓ	BOCA DO ACRE	16.576,00	POSSE P/ SIMPLES OCUPAÇÃO N HA PROCESSO
023043.011002-6	KALIL DUAILIB	GLEBA SAPERIA	PAUINI	23.560,90	PROV.11/2001-CGJ
011070.100943-6	LUIZ CARLOS DE SOUZA MORAES	SERINGAL SÃO SALVADOR II	ENVIRA	21.850,00	PROV.02/2001-CGJ
021024.016020-4	MABRAL INDUSTRIA E COMERC LTDA	FAZENDA RIO LUNA III	MANICORÉ	280.733,20	PROV.02/2001-CGJ
021024.016004-2	MABRAL INDUSTRIA E COMERC LTDA	FAZENDA RIO LUNA II	BERURI	243.250,50	PROV.02/2001-CGJ
022020.005800-3	MANOEL GOMES CARVALHO	SERINGAL JORDÃO	EINUREPE	42.000,00	PROV.02/2001-CGJ
022020.005827-5	MANOEL GOMES CARVALHO	SERINGAL SEGUAI	EINUREPE	265.126,00	PROV.07/2001-CGJ
022047.007951-7	MANOEL GOMES CARVALHO	VALPARAISO II	EINUREPE	26.415,00	PROV.03/2001-CGJ
INCLUSÃO	MANOEL GOMES CARVALHO	VAL PARAISO	EINUREPE	57.748,00	PROV.03/2001-CGJ
021024.015997-4	MANOEL GOMES CARVALHO	SERINGAL JURUAZINHO	EINUREPE	78.626,00	PROV.03/2001-CGJ
022020.000710-7	MANOEL GOMES CARVALHO	RESTAURAÇÃO	EINUREPE	17.970,00	PROV.03/2001-CGJ
022020.005835-6	MANOEL GOMES CARVALHO	VALPARAISO I	EINUREPE	26.867,30	PROV.06/2001-CGJ
022020.005789-9	MANOEL GOMES CARVALHO	FOZ DO TARAUACA I	EINUREPE	18.858,40	PROV.06/2001-CGJ
022047.270822-8	MANOEL GOMES CARVALHO	PRIMAVERA	IPIXUNA	19.435,10	DILIGÊNCIA
022020.005819-4	MANOEL GOMES DE CARVALHO	SERINGAL AGUIA II	EINUREPE	23.117,00	PROV.02/2001-CGJ
INCLUSÃO	MARCIO MAURILIO BIHL E OUTROS	FAZENDA BOA ESPERANÇA	CANUTAMA	49.500,00	PROV.39/2001-CGJ
023043.011029-8	MARIO DUAILIBI	GLEBA SAPERIA	PAUINI	23.560,90	PROV.11/2001-CGJ
023043.011010-7	MIRIAN DUAILIBI YOUNES	GLEBA SAPERIA	PAUINI	23.560,90	PROV.11/2001-CGJ
901474.013480-2	MONTEFELTRO DIESEL COMERCIO INDUS	FAZENDA MONTEFELTRO	NOVO ARIPUANÃ	130.680,00	PROV.12/2001-CGJ
022047.007870-7	MORUNGABA INDUSTRIAL S A	FAZENDA MORUNGABA	IPIXUNA	50.000,00	PROV.02/2001-CGJ
023035.302422-7	OMAR TUPÃ BORGES	SANTO ANTONIO DO ACIMA	LÁBREA	164.428,20	PROV.05/2001-CGJ
027235.100013-9	RAIMUNDO NONATO BARBOSA FERNANDO	FAZENDA RIO LUNA I	BERURI	238.785,60	ENCERRADO
023043.002917-2	RAUL KLAN	SERINGAL TACAQUIRI	PAUINI	10.103,00	PROV.02/2001-CGJ
027073.043214-0	REFLORESTADORA RIO BRANQUINHO	FAZENDA RIO BRANQUINHO	MANAUS	15.000,00	OF.Nº3295/01-SPR/DEPAG
023019.004774-7	RICARDO CAMARGO ROCHA	FAZENDA SAPE	BOCA DO ACRE	10.000,00	PROV.02/2001-CGJ
023019.002330-9	RITA MUSA TELLES PONTON	SERINGAL SÃO MIGUEL	BOCA DO ACRE	107.000,00	PROV.02/2001-CGJ
INCLUSÃO	SEBASTIÃO MOREIRA	FAZENDA AÇUÁ I	TAPAUÁ	18.250,00	INDEF.INF.LEI 4.947/66 ART.22 PAR. 1º
023035.005568-7	SIDNEY SANCHES ZAMORA	FAZENDA PALOTINA	LÁBREA	28.545,00	PROV.17/2001-CGJ
641049.035629-6	TAPEÇARIA AMERICANA LTDA	SERINGAL OLINDA	LÁBREA	30.000,00	PROV.41/2001-CGJ
012084.022780-0	TAVAJ TRANSPORTES A REGULARES AS	FAZENDA NOVA ESPERANÇA	LÁBREA	10.565,00	PROV.17/2001-CGJ
023027.011142-0	TECMIN TECNOLOGIA MINERAL S/A	NOVO DESTINO	CANUTAMA	23.188,00	PROV.07/2001-CGJ

023027.011274-4	VALEVERDE AS AGROINDUSTRIAL IMPOR	PAJEHU DE FLORES	CANUTAMA	329.000,00	PROV.02/2001-CGJ
814016.022551-9	ZAMPIER IND E COM DE MADEIRAS LTDA	GLEBA ZAMPIER	CANUTAMA	10.000,00	PROV.37/2001-CGJ

- e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

A informação foi requerida a Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA – SR(15)AM, sendo informado que não foi encaminhado nenhum processo pela Procuradoria Especializada, tendo em vista tratar-se de órgão da Administração Estadual.

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A principal dificuldade a ser geridas no próximo exercício será manter mecanismos de controle eficientes, para se evitar o cadastro de imóveis rurais provenientes de Registros de Imóveis irregulares.

Nesse sentido, apresentamos as seguintes sugestões:

- a) que a Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, promova regularmente inspeções nos Cartórios de Registro de Imóveis;
- b) que a Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, promova cursos aos cartorários, principalmente do interior do Estado, no que tange a elaboração de Registro de Imóveis e Cadeia Dominial;
- c) que a Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA/AM, participe do curso, na qualidade de instrutora, dando ênfase a não realização de registros de posses por simples ocupação;
- d) que o curso deve abranger também a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, conforme preceitua a Lei nº 5.709/1971 e o Decreto nº 74.965/1974.